

Consa
mentos
Autora

A Baixa de Cassanje: algodão e revolta ¹

por Aida Freudenthal ²

Numa fronteira violada persistentemente por migrações, caravanas, conquistadores e exploradores, encruzilhada secular de caminhos e povos, plantava-se o algodão nos anos 50 por mandato de um governo e de uma companhia coloniais. Na Baixa de Cassanje, a cultura forçada do algodão arrebatava os camponeses das suas lavras e aldeias, sujeitando-os a um trabalho intensivo nos campos da Cotonang.

Após a independência do Congo e no quadro da definição de novas entidades políticas, avolumou-se o descontentamento que levou ao protesto e à eclosão de uma revolta camponesa em Janeiro de 1961, a primeira e paradoxalmente a mais ignorada das revoltas ocorridas nesse ano crucial para Angola.

Através de fontes inéditas que possibilitam a reconstituição mais exaustiva dos eventos, este breve estudo retoma algumas questões formuladas pelos pesquisadores nos anos 70, proporcionando nova reflexão sobre a revolta camponesa que antecedeu os levantamentos nacionalistas angolanos e que pela contiguidade geográfica e temporal reforçou de algum modo o ímpeto revolucionário que se propagava na colónia.

À semelhança do que ocorreu noutros países africanos, a pesquisa desta temática fará emergir gradualmente não apenas os factores da ruptura interna como da eventual convergência com os movimentos camponeses e os nacionalismos emergentes no continente africano.

¹ Texto da comunicação apresentada ao V Congresso Luso-Afro-Brasileiro realizado em Maputo de 1-5 de Setembro de 1998, com algumas alterações, segundo as críticas e sugestões feitas por Joseph Miller, Ana Paula Tavares, Marcelo Bittencourt, Conceição Neto e Christine Messiant a quem agradeço. A investigação do tema prossegue no sentido de aprofundar e esclarecer algumas questões aqui enunciadas.

² Centro de Estudos Africanos e Asiáticos do I.I.C.T.



Fig. 1 - Autoridades tradicionais do CUANGO (Salazar 1968)

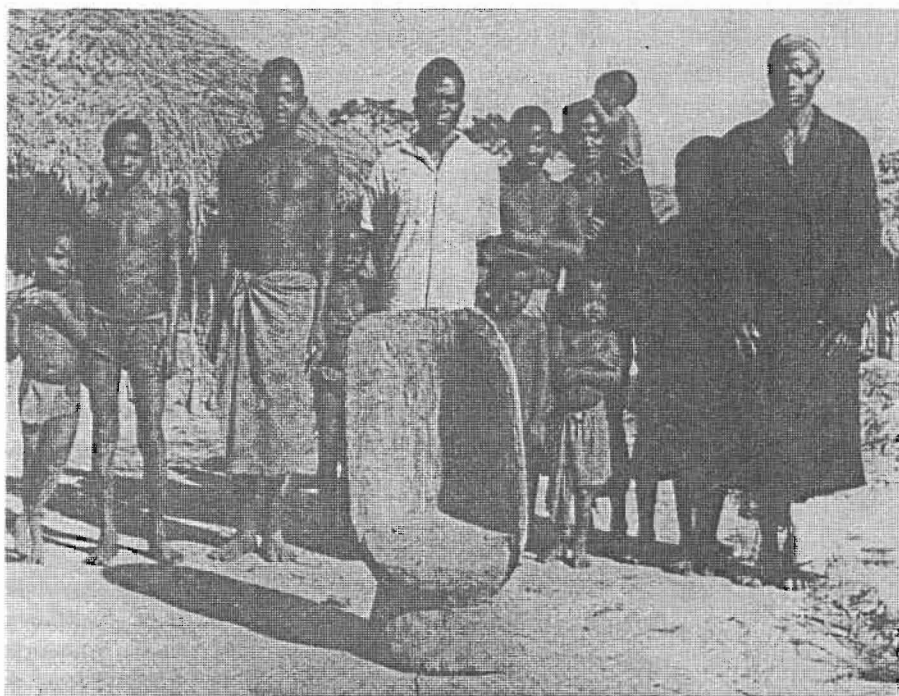


Fig. 2 - A cadeira destinada à entronização da Maria (Morais Martins 1998)

1. Os caminhos dos homens

Vasta região do norte de Angola, integrada na bacia hidrográfica do rio Zaire, profusamente irrigada pelo Cuango e seus afluentes Cambo, Luhossa, Lohanda e Lui, a Baixa constitui uma depressão de cerca de 75.000 km quadrados, com uma altitude média de 600-700 m, delimitada por escarpas e pontuada por alguns morros e montes que não ultrapassam os 1200 m. As chuvas regulares durante sete meses alimentam uma vegetação arbustiva de savana e em certos casos de "mata de panda".³

O vale do Cuango define uma fronteira natural e histórica confinante a leste com a Lunda, sendo a região habitada há séculos pelos Bangalas, Bondos, Jingas e Holos do grupo etno-linguístico kimbundu, e pelos Basuku do grupo kikongo.

Nessa região atravessada desde o século XVII por levadas de escravos que o tráfico escoava em direcção ao litoral atlântico, as populações do reino de Cassanje desempenharam papel de relevo na estruturação económica das relações entre africanos e portugueses. Durante dois séculos a "feira" fora o ponto de encontro das caravanas vindas da Lunda com os intermediários que provenientes de Luanda ali faziam chegar as mercadorias europeias.

A feira de Cassanje sobreviveria até à década de 1880, embora sujeita aos efeitos da abolição do tráfico e da conversão ao comércio lícito (marfim, borracha e cera), como ocorreu com outros estados da África central.⁴ A perda da hegemonia africana no final do século conduziria ao desmembramento do reino, simultâneo do avanço muito lento do domínio português com o propósito de concretizar a ocupação efectiva da colónia até às fronteiras norte e leste.

Com o início da ocupação colonial da Lunda nos finais do século XIX, a região de Cassanje tornar-se-ia palco de actuação de forças militares e da instalação de fortes, em acções coordenadas a partir de Malange, enquanto sede provisória do distrito da Lunda. Essas acções prolongadas na região até à década de 20 sustentaram um clima de instabilidade e de excepção onde vigorava a lei militar, o que vale dizer que a acção administrativa era não só escassa como pontuada por violências e arbitrariedades porventura mais graves do que nas áreas de colonização mais antiga. Enquanto região de fronteira colonial, também

³ Ver D. Gouveia, *A Baixa de Cassange*, 1956, H. Van Roy, *Les Byaambvu du Moyon-Kwango*. D. Reimer Verlag, Berlim, 1988, p. 12-14, 90-93; J. Miller, *Poder político e parentesco. Os antigos estados Mbundu em Angola*. Luanda, 1996, 31-41.

⁴ J. Miller, "Slaves, slavers and social changes in XIX century Kasanje" in F. Heimer (ed), *Social Change in Angola*, Munique. 1973, p. 17-26, I. C. Henriques, *Percursos da modernidade em Angola*. IICT, Lisboa, 1997, p. 541-598.

aqui a presença dos brancos era raríssima e circunscrita aos postos onde viviam administrativos e comerciantes até meados do século XX.

De facto só na conjuntura muito particular do pós-guerra se intensificaria a exploração económica dos distritos de Malange e da vizinha Lunda, entregue a poderosas companhias coloniais criadas nos anos 20, a Cotonang e a Diamang, que passaram a representar um papel significativo na economia da colónia, tornando-se para tal fim um dos polos dinamizadores da colonização portuguesa. Um factor propício ao crescimento económico da região foi o facto de Malange constituir o termo da linha férrea que de Luanda penetrava no interior, atravessando regiões agrícolas e servindo uma grande porção de vilas e povoações situadas ao longo dessa mesma via de penetração colonial.⁵ Além disso os recursos diamantíferos conhecidos a leste do Cuango desde cedo atraíram os traficantes à região, apesar das proibições oficiais.

Em consequência de tudo isto, a população europeia no distrito aumentou 80% entre 1940-50 (de 5.299 passou a 9.473 h.),⁶ apresentando no entanto uma das mais baixas percentagens de europeus (3,54%) em toda a colónia e uma concentração na cidade de Malanje de cerca de 60% da população branca do distrito. Propriamente na Baixa não haveria mais do que 500-600 brancos (cerca de 0,5%), enquanto a população africana rondaria os 170 000 habitantes⁷ entregues à produção alimentar com base nas culturas tradicionais do milho, da mandioca, do feijão, do amendoim, de palmeira dendém e do tabaco que os camponeses em parte consumiam e outra parte destinavam aos mercados urbanos.

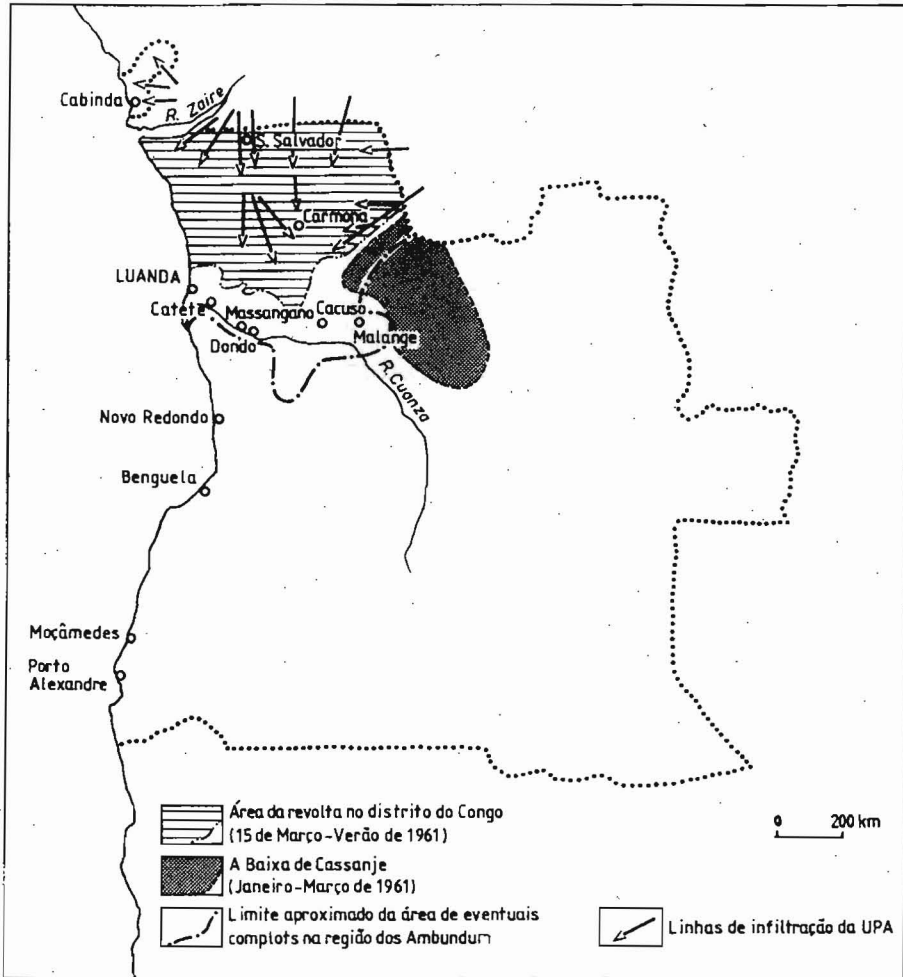
Porém na Baixa a cultura algodoeira intensiva viria a impor profundas alterações no ritmo de vida das populações rurais sobretudo a partir dos anos 40. Por um lado, por terem sido atribuídos à Cotonang direitos exclusivos sobre a comercialização de toda a produção camponesa de algodão, e por outro pela interferência directa que a cultura obrigatória teve sobre a dinâmica da produção linhageira nas áreas concessionadas.⁸ Consequentemente, toda a informação relativa ao regime algodoeiro vigente até 1961, revela-se indispensável à identificação das condições laborais a que estavam sujeitos os camponeses africanos na Baixa, e em consequência disso, ao cabal entendimento da génese dos

⁵ Amaral, Ilídio do, *Aspectos do povoamento branco de Angola*. Lisboa. 1960, p.40.

⁶ *Anuário Estatístico de Angola*, 1956, p.38.

⁷ Péliissier, R., *La Colonie du Minotaure*. Orvegal. 1978, p.399.

⁸ O número de agricultores brancos na região era de facto ainda insignificante, limitando-se na sua maioria aos arredores das sedes de circunscrição. Salazar, S. "Bondos e Bângalas". ISCSPU, 2 vols. Lisboa. 1968.



Mapa 1 - As revoltas de 1961

Fonte: Wheeler e Pélissier, *Angola*, 1971, p. 185.

acontecimentos de 1961.⁹

A análise de fontes escritas existentes em fundos de arquivos portugueses recentemente abertos à investigação proporcionou uma breve revisão da conjuntura política em que se desenrolaram os acontecimentos de Cassanje entre Dezembro de 1960 e Março de 1961, ao mesmo tempo que relatórios de diversas proveniências permitiram estabelecer não só o diário da revolta como aprofundar o conhecimento das motivações e das atitudes dos camponeses num período tão decisivo da história angolana. São os primeiros resultados desse trabalho que aqui apresentamos, pretendendo desse modo revalorizar historicamente a última revolta camponesa dos tempos coloniais.

2. *A revolta na Baixa de Cassanje*

2.1. *O estado da questão*

Ocorrida há exactamente trinta e oito anos, continua sendo hoje uma das revoltas menos conhecidas da história angolana, afigurando-se no entanto o episódio mais relevante de contestação das condições de trabalho impostas sob domínio colonial, quer pela sua duração como pela área geográfica e população envolvidas, razões só por si suficientes para atrair o investigador na pista da conflitualidade e da violência social próprias dos tempos coloniais. A confirmar o impacto infligido ao poder colonial pelos camponeses da Baixa, um inspector do Ministério do Ultramar considerava esta revolta "a primeira acção subversiva em longa escala processada no Ultramar nos últimos quarenta anos".¹⁰

Reflectindo uma percepção ainda limitada da sua importância e significado, alguns estudos publicados nos anos 60 e 70 revelaram as primeiras interpretações desta revolta. A brevidade das referências denunciava porém os limites do conhecimento, fruto em boa parte do sigilo mantido pelas autoridades coloniais em torno dos acontecimentos

⁹ Pélissier, *op.cit.*, p.402-409. A.Pitcher trouxe nos anos 90 novos contributos para a compreensão do regime algodoeiro em Angola: "Lançar as sementes do fracasso: as primeiras tentativas de cultivo do algodão em Angola e Moçambique" - *RIEA* (1990), 12-13, p. 99-134; e "From coercion to incentives: the portuguese colonial cotton regime in Angola and Mozambique, 1946-1974" in *Cotton, colonialism and social history*. J. Currey, 1995. O presente trabalho insere-se numa pesquisa mais ampla do sector algodoeiro, com vista à definição do papel da Cotonang na economia da colónia.

¹⁰ Morais Martins, "Apontamento n.º 34. Incidentes da Baixa de Cassanje", p. 32. ANTT, AOS/CO/UL-39, P.9.

e da sua actuação repressiva.¹¹ Ao pretender ocultar as origens da revolta, nomeadamente as motivações dos camponeses, as autoridades coloniais esperavam fazer prevalecer a tese de que tudo estava bem em Angola e só os agitadores estrangeiros pretendiam subverter a ordem entre os "portugueses do Ultramar".

A desinformação resultante da censura imposta pelo governo seria ainda agravada pelas restrições à entrada de jornalistas estrangeiros em Angola na sequência dos acontecimentos de 4 de Fevereiro e 15 de Março do mesmo ano. O abalo social provocado na colónia por estes eventos, noticiados em todo o mundo a contragosto do governo português, iria naturalmente retirar visibilidade à revolta de Cassanje ainda efervescente mas cada vez mais encoberta por outras notícias porventura mais dramáticas para os destinatários da imprensa colonial.

Apesar da ocultação deliberada por parte das autoridades, alguns testemunhos de africanos e de missionários divulgados no exterior, nos círculos das igrejas e dos movimentos nacionalistas, foram as únicas vozes que proporcionaram uma memória viva dos acontecimentos.¹² Desse modo a imprensa missionária, alguns jornalistas estrangeiros¹³ e obviamente as organizações nacionalistas africanas conseguiram romper o bloqueio informativo decidido pelas autoridades portuguesas.

Em Portugal um jornal clandestino, o *Anti-Colonial*, classificava em 1964 a revolta como uma "greve do povo de Cassange...contra o monopólio de algodão da Cotonang, companhia belga, greve que os colonialistas dominaram com bombas napalm, matando 10 000 negros e destruindo 17 aldeias".¹⁴

¹¹ Davidson, B. *Angola no Centro do Furacão*. Delfos, Lisboa 1974; Ranger, T. - "Connexions between primary resistance movements and modern mass nationalisms in East and Central Africa". *J. A. H.* 9,4. (1968), p. 437-453. Marcum J. *The Angolan Revolution - 1950-1962*. I vol. MIT, Cambridge 1969. P. 124-126. Já assinalada também por Mc Veigh em "L' église méthodiste en Angola", *Présence Africaine*, 3^{ème} trimestre 1962, p. 189.

¹² Ver por exemplo, os artigos de LeMaster. "I saw the horror in Angola", *The Saturday Evening Post*, 12.5. 1962; de Mc Veigh, 1962; de R. Neto, "Notas e impressões do Kwango A Guerra de Maria.", UPA. *A Voz da Revolução*, n.º 1, 1966.

¹³ A *Newsweek* noticiava (Paris,6.03.1961) que em 2 de Fevereiro desse ano haviam sido mortos cerca de "300 africanos revoltados contra o regime de Salazar", enquanto o *Observer* (22.07.1961) referia que "centenas de trabalhadores de algodão foram bombardeados e mortos em Fevereiro". Ver ainda *Newsweek* de 19.02.1961 e 4.3.1961.

¹⁴ *Anti-colonial*, n.1, p.6 [Lisboa 1964]. ANTT. PIDE/DGS. SC.1.ª Div. Proc.1148/64. Em contrapartida as declarações produzidas pela propaganda colonial sobre as populações rurais contrastavam com as condições reais que prevaleciam em toda a colónia e em particular no distrito de Malange. A intoxicação ideológica transparecia tanto na imprensa portuguesa como em alguns periódicos estrangeiros cujos jornalistas exaltavam a excelência do colonialismo português e os resultados ímpares

Entre os investigadores que pesquisaram o tema, é a Pélissier que se devem os estudos que permanecem até hoje fundamentais sobre a revolta da Baixa. Em 1971 defendia já o Autor a génese interna do movimento:

*"a revolta na Baixa é a menos conhecida e apesar disso a mais compreensível de todas as revoltas de 1960-61. Foi um acto de desafio contra o sistema de cultivo obrigatório do algodão. A censura foi tal que não se conhece com precisão quando e onde deflagrou a revolta. As causas eram numerosas: a população local era forçada a cultivar algodão, com exclusão de alimentos, em certas áreas; os 31.652 produtores do distrito de Malange eram obrigados a vender toda a colheita a preço fixo pelo governo, muito inferior ao do mercado mundial; a leste de Malange havia uma verdadeira "cotonocracia" que atribuía ao africano o papel de ser apenas um abastecedor da companhia. O rendimento anual de uma família indígena em 1959-60 era entre \$20 e \$30 (USA)."*¹⁵

Num estudo mais extenso publicado em 1978, utilizou como fontes primárias essenciais, além dos depoimentos de missionários metodistas,¹⁶ os testemunhos de angolanos e de europeus recolhidos 1966-67 tanto em Angola como no Congo.

Da historiografia da revolta retêm-se elementos fundamentais ao nível dos factos e respectiva interpretação.

Em Dezembro de 60 surgiram os primeiros sinais de resistência por parte dos camponeses, nomeadamente a ausência das lavras de algodão e a recusa de pagamento do imposto. Os camponeses após a adesão aos "preceitos de Maria" através de ritos iniciáticos, passaram a desafiar abertamente as autoridades e os agentes da Cotonang, convictos de que eram imunes às balas dos brancos.

Os assaltos a lojas, a um posto administrativo e a uma missão católica não fizeram vítimas entre os europeus. Apesar disso, forças militares enviadas de Malange iniciaram a repressão em 3 de Fev^o. no Quela e

da sua acção em Angola. Veja-se no extenso acervo de imprensa no AHD do MNE, por exemplo PAA Proc. 940,1 (7); PAA Proc. 944, Maços 87, 90 e 211.

¹⁵ Wheeler e Pélissier, *Angola*, N. York. 1971, p.174; sobre os rendimentos dos camponeses nos anos de 1959-60, ver Pélissier, *La Colonie du Minotaure*, 1978, p.407. A natureza desta exploração era tão evidente que mesmo alguns responsáveis da administração colonial reconheceram as injustiças e violências praticadas, nomeadamente H. Galvão [1948], *A exploração e extermínio dos povos coloniais*. Ed. Avante, 1949, além de algumas figuras da Igreja como o bispo de Malange, Nunes Gabriel no Relatório de 1962.

¹⁶ Em 1960-61 havia no distrito de Malange cerca de uma dezena de missionários metodistas, 28 pastores e 71 catequistas africanos, para cerca de 37.400 protestantes (8,4% da população), segundo Pélissier 1978, p. 447/448. Nos anos seguintes as igrejas protestantes seriam alvo de forte repressão em toda a colónia, encontrando-se ainda em estudo o papel que desempenharam no distrito, antes e durante a revolta.

foram alargando a sua acção a outros postos, apoiadas pela aviação que lançou bombas napalm sobre numerosas sanzalas e respectiva população.¹⁷ A sublevação havia terminado em Março com a captura de um auto-denominado profeta António Mariano e do soba Culaxingo, rei dos Bângalas.¹⁸

As estimativas do massacre dos camponeses, resultante dos bombardeamentos e das execuções sumárias, variavam segundo os autores, entre algumas centenas e 20.000 mortos.¹⁹

Segundo Pélissier, tratou-se de uma revolta de pobres camponeses que falhou porque os rebeldes não obtiveram armas nem apoio dos povos vizinhos, embora tenha sido precursora dos levantamentos nacionalistas de 1961.²⁰

Enquanto Pélissier considerou muito relevantes os condicionalismos económicos, outros investigadores atribuíram mais importância às motivações religiosas dos revoltosos, desde a fase pré-insurreccional. Entre os factores que originaram a sublevação dos camponeses, Marcum considera a influência das ideias independentistas do Congo sobre a população das regiões de fronteira, bem como a propagação do movimento "nacionalista messiânico" dirigido por António Mariano, mais tarde designado por "guerra de Maria", que inflamou o descontentamento contra a cultura forçada de algodão.²¹

Valorizando quase exclusivamente os factores externos da revolta, as interpretações oficiais que viram a luz do dia remetiam claramente para os agitadores políticos vindos do vizinho Congo a origem das "desordens de carácter intertribal" que em Fevereiro tinham abalado a ordem reinante na colónia, ordem logo restaurada com o auxílio das próprias populações.²² Muito criticada na ONU pelos países africanos, asiáticos e por alguns europeus, a representação oficial portuguesa teve necessidade

¹⁷ Pélissier, *La Colonie du Minotaure*, 1978, p. 417-418 e nota 68 cita o testemunho do major-aviador J. Ervedosa, um dos participantes nos ataques aéreos na Baixa, irradiado posteriormente da Força Aérea e emigrado em Argel a partir de 1964. Ver Ervedosa, J. "Les massacres de la Baixa de Cassanje". *Africasia*, nº 9 de Fev. de 1970, p. 30-31.

¹⁸ Pélissier, *op. cit.*, 1978, p. 420, citando R. Neto "Notas..." 1966, p.24 e Marcum, *The Angolan Revolution... 1950-1962*. I vol. MIT, Cambridge, 1969, p.126. Ver nota 82.

¹⁹ Pélissier, *op. cit.*, 1978, p. 418-419.

²⁰ Wheeler & Pélissier *Angola - 2ª ed.* 1978, p. 174-175.

²¹ Marcum, *The Angolan Revolution... 1950-1962*. I vol. p.124-126. Este Autor não deixa ainda de referir que os camponeses protestavam contra a queda dos preços do algodão que havia reduzido os seus rendimentos anuais de \$48 (1959) para \$34 (1960) (US.\$). Ver ainda as breves referências de Henderson, L. W. *Angola. Five centuries of Conflict*. Cornell Univ. Press, London. 1979, p.180-82.

²² *Notícias de Portugal*, nº 724 de 18.03.1961, cit. por Pélissier, *La Colonie du Minotaure*, Orgeval. 1978,422.

de esvaziar a revolta do seu conteúdo reivindicativo, negando os seus fundamentos económicos e remetendo para factores exógenos a sua origem.²³

Ao avaliar o estado actual da questão, constata-se contrariamente à versão oficial portuguesa, um aparente consenso entre os autores, no que respeita à génese, à duração e extensão da revolta e à acção repressiva do poder colonial. Contudo a pesquisa de alguns pontos obscuros como o porquê da intervenção aérea e o número contraditório de vítimas, o papel das missões católicas e protestantes e sua relação com o "culto de Maria" e o eventual protagonismo de militantes da UPA ou do MPLA nos acontecimentos, assim como uma avaliação mais exaustiva das motivações e da estratégia dos revoltosos, permitiria esclarecer não só o carácter singular dessa revolta na história angolana como a suposta articulação da mesma com o movimento nacionalista então emergente.

Quanto mais não fosse, por estas razões o tema merecia ser revisitado, uma vez que o acesso à documentação colonial prometia materiais até agora classificados como "confidenciais", "reservados" e "secretos", indispensáveis a uma abordagem melhor fundamentada pelo confronto de perspectivas.

2.2. As fontes disponíveis

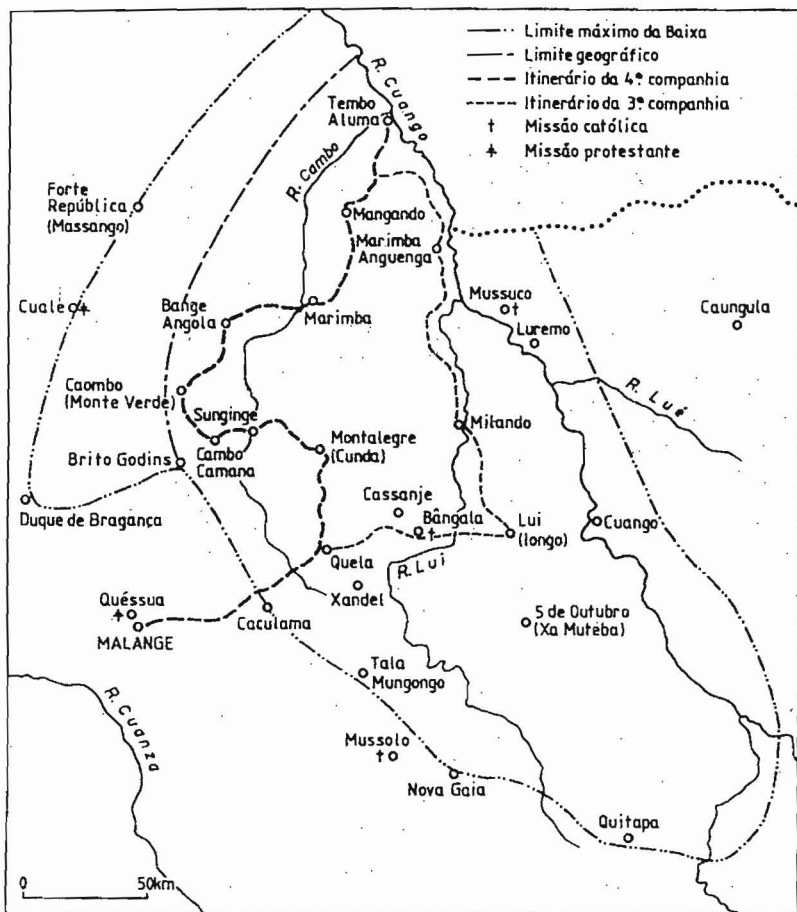
Decorridos vinte anos sobre os últimos estudos sobre a revolta, a retoma recente da pesquisa documental revelou (como era previsível) matéria contida em vários relatórios e informações parcelares de proveniência oficial e privada, até agora inéditos, cujos autores apresentam em comum o facto de serem actores e/ou testemunhas que à data dos acontecimentos habitavam a Baixa, ou os viveram de muito perto pelas funções que exerciam na colónia. As diferentes representações da realidade decorrentes do posicionamento cultural, político e ideológico dos informantes conferem aos documentos um significado inestimável para o investigador.

As informações oficiais provêm não só das autoridades administrativas (governador de distrito, inspectores, chefes de posto e administradores), como de agentes e responsáveis da PIDE e da PSP e ainda das hierarquias militares em Angola e em Portugal.²⁴

Entre os testemunhos de indivíduos e de entidades privadas, contam-se os de empregados e responsáveis da Cotonang e de funcionários da Junta de Exportação do Algodão que participaram em alguns eventos e

²³ Carta do Representante de Portugal nas N.U. de 16.1.1962. ONU: Doc.A/ 5082, Janeiro de 1962, p. 4 já citado por Pélissier 1978,422.

²⁴ Entre outros, os *Boletins de Informações do CC das FAA* e *Notícias do Estado Maior do Exército* sobre a situação nas Províncias Ultramarinas (1960-1962).



Mapa 2 - A Baixa de Cassanje (1961)

Fonte: Pélissier, *La Colonie du Minotaure*, 1978, p. 395.

os relataram às respectivas hierarquias. No que respeita à informação originária de Angola, sob a forma de cartas expedidas através de redes clandestinas dos movimentos nacionalistas angolanos que a PIDE interceptava, os relatos parecem reflectir não só conhecimento restrito dos factos como incompreensão da dimensão real da revolta camponesa desencadeada um mês antes dos levantamentos populares de Fevereiro e Março em Luanda e no distrito do Congo.²⁵

²⁵ Não pudemos consultar o relato dos acontecimentos feito pelo ministro da informação da UPA Rosário Neto (1966), utilizado por Pélissier, e cuja origem deve situar-se no ano de 1964. Nesse ano o ministro da informação do GRAE, natural de Malange, percorreu os campos de refugiados angolanos no Congo-Leo. Entre eles calculava-se que cerca de 50.000 angolanos haviam atravessado a fronteira do Cuango em busca de protecção, fazendo circular informação sobre os acontecimentos de Cassanje. Ver *Angola*, Boletim informativo da FNLA, n.11 de 1-15 Junho de 1964 (ANIT, Pide-

Através da documentação disponível, desvenda-se parcialmente o papel dos actores africanos na revolta, embora a sua voz nos chegue distorcida e truncada, uma vez que apenas os sobas mais intervenientes são identificados e alguns "cabecilhas" nomeados, envoltos porém numa nebulosa de intenções e de iniciativas. Numa primeira leitura desse material colhe-se uma visão impressionista de populações manipuladas por agitadores vindos do Congo-Leo, a cujas propostas aliciantes aderiam, apresentando a revolta poucos rostos e poucas palavras proferidas por africanos, embora a sua movimentação se descubra repetidamente na narrativa dos intervenientes europeus.

Apesar das limitações decorrentes da ideologia colonial veiculada pelo discurso das entidades oficiais, após análise mais cuidada dessa documentação, emergem as motivações e atitudes dos africanos implicados na revolta, permitindo desse modo reconstituir-se em primeiro lugar um quadro factual integrado no tempo e nos espaços onde a mesma decorreu, para em seguida se elaborar um quadro explicativo dos acontecimentos menos controversos que em fase subsequente da investigação serão sujeitos ao confronto com fontes orais e com documentação ainda hoje classificada.

2.3. Anatomia da revolta

À luz de novos dados, a origem e a propagação da revolta ganham contornos mais precisos: manifestando-se primeiramente nas áreas fronteiriças da circunscrição do Cambo (postos de Milando e Tembo Aluma) e na circunscrição dos Bondos e Bangalas (postos do Quela, Xandel e Lui) desde o início de Janeiro, alastrou aos postos de Xamuteba e de Marimba em Fevereiro e atingiu em finais do mês, os postos de Luremo e Cuango (circunscrição de Camaxilo) onde perdurou até finais de Março.

As características geográficas, étnicas e sociais da região faziam dela "*o campo ideal para a agitação*", além de a proximidade do território do Congo facilitar a chegada dos activistas políticos do PSA ²⁶ e

DGS, Angola, D.Inf/1ª, P.11.25C/25). Agradeço o precioso auxílio de C. Messiant e de M. Bittencourt durante a conclusão da pesquisa documental na Torre do Tombo em 1999.

²⁶ Eram designados "pessas", palavra derivada das iniciais do P.S.A.-*Parti Solidaire Africain*-, inscritas em calendários editados por aquele partido que eram utilizados como bandeira. Tanto quanto sabemos a acção dos "pessas" na região norte de Angola, aos quais muitos Bacongo se encontravam ligados por laços familiares; não tem sido objecto de pesquisa; contudo a forte implantação do PSA na região de Kikwit que se prolonga para sul e leste até à fronteira de Angola onde a revolta se iniciou, permite reconhecer a forte probabilidade da actuação dos "Pessas" na Baixa como

proporcionar refúgio em caso de necessidade aos líderes e às populações atingidas pela repressão.²⁷

Áreas planas e alagadiças, sulcadas por numerosos rios constituíram o cenário propício ao início da revolta e sua manutenção ao longo de três meses, numa vasta região onde as autoridades coloniais reconheciam que "*muito pouco se tinha feito pelo bem-estar das populações*" às quais atribuíam "*índole guerreira e carácter independente*".²⁸

O tempo da revolta, criteriosamente escolhido, coincidiu com a época das chuvas, o momento próprio para a sementeira do algodão que requer trabalho mais intensivo. É também esse o tempo em que as deslocações se tornam mais difíceis para os estranhos à região devido aos rios caudalosos, ao corte de picadas e à altura do capim. Desse modo os camponeses comprometiam a colheita seguinte ao mesmo tempo que esperavam diminuir o impacto das represálias das forças coloniais em regiões mais inacessíveis.

Consideremos os momentos de preparação, eclosão e repressão da revolta, reconstituindo de modo sucinto os principais acontecimentos.

a. propaganda do "culto de Maria" e organização clandestina do povo (Nov?-Dez.1960)

A existência de um movimento profético recente na região do Cuango pode remontar a 1955,²⁹ ano em que se difundiu a crença que Deus ordenara a matança de criação branca ou com malhas brancas. De novo em finais de 1960, se constituiu um movimento ou uma "sociedade secreta" que utilizando uma linguagem simbólica, exprimia o descontentamento dos africanos, conduzindo à adesão generalizada a um

anteriormente sucedera em Camaxilo em Junho de 1960. Morais Martins, Apontamento n.º 34, já citado na nota 10, p. 35.

²⁷ Efeito confirmado por várias fontes, nomeadamente *Angola*, Boletim da FNLA, n.º 11 de 1-15 de Junho de 1964, já mencionado na nota 25.

²⁸ M. Martins, Apontamento n.º 34, p. 34. Ver Relatório do Estado Maior do Exército confirmando que na Baixa os produtores "indígenas teriam obtido um rendimento anual de apenas 300\$00". Inf.n.2/61/NI de 23.1.1961 a 8.3.1961.AOS/CO/UL-32B.P14. Testemunho idêntico em *Le Master*, 1962, já citado. Pélissier refere como a crise de 1960 afectou monetariamente os camponeses em particular nas circunscrições do Cambo e dos Bondos e Bângalas, epicentro da revolta. Pélissier 1978, p.407-408.

²⁹ Segundo referem Morais Martins no citado Apontamento 34, p.39, E. Santos, *Maza. Elementos de Etno-História*. Lisboa. 1965, 36-38 e Pélissier, *op. cit.*, 1978, p.408, sugerindo este autor algumas analogias com a revolta Maji-Maji (água-água) na colónia alemã do Tanganica, onde a cultura forçada do algodão gerara fenómenos idênticos em 1905-06. *Idem*, p. 413. Sobre os movimentos proféticos, ver E. Santos, *Movimentos proféticos e mágicos em Angola*. Lisboa. 1972, em particular p.33-38 e mais recentemente os estudos de A. C. Gonçalves 1984 e 1985.

programa de resistência civil, integrando preceitos práticos que violavam a ordem colonial estabelecida na região.³⁰

Aparentemente a difusão em Angola destes preceitos partiu da região fronteiriça do Cuango, propagando-se sucessivamente aos postos da margem esquerda do rio onde foi registada a actuação de activistas "congoleses"³¹ que percorriam as sanzalas invocando a chegada de Maria.

O que anunciavam os dois "songui", jovens catequistas bakongo que chegaram a Cassule-Cuenda em finais do ano de 1960 passando posteriormente às regiões do Milando e do Iongo? Declarando-se enviados de Kasavubu e do PSA, anunciavam-se portadores da Boa Nova de Maria, "*a deusa protectora dos pretos, a verdadeira deusa*" que lhes comunicara que "*vinha salvar o povo de Angola, libertando-o do jugo do branco e proporcionando-lhe uma vida melhor*".³²

Logo que "*todos os povos de Angola aderissem ao movimento e professassem a sua doutrina*", aconteceria uma segunda aparição de Maria, precedida por um enorme vendaval e a formação de uma "*enorme montanha que separaria para sempre Angola de Portugal*". Maria abençoaria o povo, dar-lhes-ia dinheiro e tudo o que pedissem e ressuscitaria as pessoas e os animais mortos. Finalmente, viria Lumumba para os governar,³³ pelo que as ordens de Maria deviam ser cumpridas, renunciando uma era de felicidade associada à retirada dos brancos.³⁴

³⁰ Já referida por Pélissier, *La Colonie du Minotaure*, 1978, pp. 411-413, citando o estudo de Salazar 1968, I, pp. 83-87 que transcreveu uma versão então conhecida da "guerra de Maria", relatada pelo intérprete António José Nunes Frade. Ver a transcrição da "História de Maria" no Anexo 2 deste trabalho. Versões reduzidas mas similares encontram-se no "Boletim de Informações" do CC das FAA de 28.02.61, in *Um Amplo Movimento...* Lara, L. e R. (ed.) Luanda 1997, p. 49; no Apontamento 34 de M. Martins já citado e na Informação n.º 262/61-GU de 7.3.61 da PIDE. AOS/CO/UL-32A2, P.23. Contudo uma versão muito extensa e complementar é a do Padre José Torres Palma da Missão Católica do Mussuco, com o título "Movimento religioso-político na margem esquerda do Cuango, posto de Milando", datada de 22.1.1961, que transcreve o relato de catequistas africanos católicos. PIDE-DGS, SC-GU, Cx.7965. P14.

³¹ Designação preferida pelo relator à de "bacongos" por aquela remeter claramente para o país vizinho (Congo) a origem da "subversão". Ver Informação do Chefe dos Serviços Técnicos da JEA de 5.2.61 n.º 262/61 - GU. AOS/CO/UL 32A2, Pt. 23; e as Informações da Pide n.º 216/61-GU de 27.2.61. AOS/CO/UL-32A2, P41; Inf. n.º. 231/61-GU de 28.2.61. AOS/CO/UL-32A, P14; Inf.n.º. 237/61-GU de 28.2.61. AOS/CO/UL-32A2, P23.

³² "A História de Maria, segundo a versão indígena" in Salazar, "Bongos e Bângalas", 1968, I, p. 84. Ver doc. Anexo 1.

³³ "A História de Maria...", idem, p. 85-6.

³⁴ Bilhete escrito em kimbundu encontrado no bolso do capataz da Cotonang: "*Lumumba, a mulher Maria e o filho Pessa mandam que ninguém trabalhe e que só as*

A acção dos "songui" difundiu junto dos sobas e respectiva população o novo culto, segundo o qual várias práticas rituais passaram a condicionar o quotidiano dos camponeses, (vestuário, higiene, tabus alimentares, relações familiares) bem como a sua atitude em relação aos representantes do poder político. A constituição de um movimento solidário entre os camponeses, exprimindo-se através de linguagens e preceitos identificadores de cariz religioso, conferia-lhes a unidade imprescindível à resolução de problemas reais.

No contexto referido, o potencial reivindicativo das linguagens proféticas conduziria o povo à acção através de um elevado nível de adesão, tomando como fiáveis as referências a reuniões de 300 a c.3000 pessoas de todas as idades e sexos e provenientes de várias sanzalas, nas áreas dos postos do Milando e Tembo Aluma. A partir dessas concentrações por certo destinadas a difundir a Boa Nova e a promover a adesão dos camponeses, devem ter sido definidas estratégias de actuação concertada perante as autoridades coloniais. Nelas os propagandistas/catequistas preconizavam entre outros preceitos, a destruição de santos e amuletos e outros símbolos religiosos, bem como a matança de todos os animais de cor branca ou com manchas brancas, numa alusão provável aos europeus (e porventura aos mestiços).³⁵

Paralelamente ao discurso religioso, eram ditadas regras de comportamento político emanadas não só de Maria, como do PSA, de Kasavubu e por vezes de Lumumba. Manifestaram-se no início de Janeiro os primeiros sinais de resistência passiva em relação ao poder colonial: a desobediência ao chefe de posto, escorraçando os cipaios que ele enviara, a queima das sementes de algodão e recusa ao trabalho e ao pagamento do imposto, a fuga para a mata de sanzalas inteiras.³⁶

*"Não pagueis o imposto. Não trabalheis nos campos de algodão. Agora é grande a vossa sorte, tereis nova vida. Até agora sofreste muito por causa do Estado. Sereis livres. Agradecei muito a Deus este favor. A terra é nossa, dos pretos; não é dos brancos, estes irão para a sua terra, ficaremos nós sózinhos. Os brancos não pagam nada, só batem e matam.... Não somos mais escravos dos brancos. Os brancos retiram. Vem o governo do Congo expulsá-los. Depois virá o rei para o vosso recenseamento. Virá Maria e o Pessa para vos limpar e purificar o coração. Os feiticeiros que mataram outros homens, Maria os castigará com a morte..."*³⁷

mulheres podem cozinhar". Inf. n.º 68/61-GU de 19.1.1961 da PIDE. AOS/CO/UL. 32A2, P41.

³⁵ "A História de Maria...", idem, p. 84-5.

³⁶ "Movimento religioso-político..." já citado na nota 30. Ofº 2193/61-SR. de 10.5. 1961. PIDE/DGS,SC-GU Cx.7965,P14.

³⁷ Parte do relato de um catequista. Idem, idem. Ver nota 30.

Perante os dados disponíveis, dificilmente se pode assegurar a existência de um discurso unívoco e muito menos identificar os seus autores e divulgadores. Sabe-se contudo ter existido alguma intervenção de catequistas protestantes na região, ao mesmo tempo que a missão católica do Mussuco, vazia de crentes via os seus catequistas hostilizados sendo acusada de entregar os africanos ao Chefe de Posto e de estar ao lado do poder.³⁸

b. desafio e provocação explícita contra as autoridades administrativas; a negociação. (4 Jan.-2 Fev.)

A revolta declarou-se abertamente em 4 de Janeiro quando os capatazes da Cotonang foram amarrados na sanzala do soba Quivota a 10 km do posto do Milando,³⁹ seguindo-se a ameaça de a população vir a atacar quem os obrigasse a trabalhar no algodão ou nos serviços do Estado, de desobedecer ao chefe de posto e não pagar o imposto anual.⁴⁰ Repetiram essas intenções junto do tenente Silva Santos no dia 11, e à noite, por razões desconhecidas mas talvez relacionadas com a recusa ao trabalho e uso da violência pelos agentes da Cotonang, foi morto "com arma de carregar pela boca", um dos capatazes da Companhia na sanzala Ganga Moxica.

"*Nós não queremos matar; mas se o branco vem matar-nos, matamos também*",⁴¹ seria a justificação de um soba perante a autoridade administrativa. Quando alguns sobas foram chamados ao posto do Milando a 13.1. não compareceram, afirmando que "*só receberiam ordens de Kasavubu e de Maria*".⁴² No entanto aceitariam parlamentar

³⁸ "Movimento religioso-político...", já citado. Ofº 2193/61-SR.PIDE-DGS.SC-GU Cx. 7965, P.14.

³⁹ O posto do Milando tinha uma área de cerca de 8000km² e uma população de 14.000 africanos e apenas 53 europeus. Ofº258/ 61-SR. de 20.1.1961. PIDE/DGS.SC-GU Cx.7965 P14.

⁴⁰ Informações da PIDE n.68/61-GU de 19.1.61.PIDE-DGS.SC-GU 7965, P14; Inf. n.216/61-GU de 27.2.61.AOS/CO/UL-32A2,P.41; e Apontamento n.º 34, p.22, já citado.

⁴¹ Morais Martins, Apontamento nº 34, p. 23. Uma fonte angolana refere que o massacre de 85 camponeses "grevistas" em meados de Janeiro estaria na origem da reacção violenta das populações. Carta escrita em Luanda em Fev de 1961. PIDE/DGS, Proc. 469/61, fls.69. O Rev.LeMaster refere as bastonadas infligidas aos grevistas pelos capatazes da Cotonang que acirraram os ânimos daqueles. "I saw the horror in Angola", *Saturday Evening Post* de 12.5.1962. Não encontramos mais referências àquele massacre. Veja-se o "Auto da queixa" de 25.2.1961 (doc. Anexo n.º 1) sobre outras violências cometidas contra os camponeses.

⁴² Bilhete do catequista do Milando enviado ao administrador do Caombo em 13.1. dizendo que "*com eles nada tinha[m] a tratar, que fosse falar com a Maria que era de*

no dia seguinte com o Encarregado do Governo de Malange, Júlio Monteiro,⁴³ correspondendo à tentativa deste em conciliar as partes. Após esta reunião, pelo facto de relativizar as ameaças dos revoltosos e o perigo invocado pelos europeus em Malange, aquele governante suscitaria uma profunda desconfiança e hostilidade junto da população branca do distrito.⁴⁴ Na realidade foi o único governante que reconheceu publicamente que a revolta era justificada pelas duras condições de trabalho impostas aos camponeses.

Entretanto a sublevação reacender-se-ia a 22 de Janeiro no posto de Tembo Aluma, junto ao Cuango, região habitada igualmente por Holos, ocorrendo nos sobados Bumba e Marimba Nguengo recusas ao trabalho nos campos de algodão.

O Governador do Distrito encarregou então o administrador do Songo Angléu Teixeira de conferenciar com os revoltosos, ouvindo as queixas e usando "meios suasórios para restabelecer a calma nos espíritos e a ordem alterada",⁴⁵ o que deu lugar a uma reunião naquele posto no dia 25 de Janeiro, com um grupo de 400-600 pessoas (segundo várias versões), algumas das quais armadas de zagaias e outras armas "gentílicas" e com insígnias do PSA - *Parti Solidaire Africain* - do Congo.⁴⁶

quem eles recebiam ordens". Maria identificada por alguns com Nguriakama ou Muriakama, rainha dos Basuku, sobre os quais "exerce grande influência", permanece uma figura controversa que teria, segundo testemunhos coevos, emigrado para o Congo Belga há anos e regressado por intervenção do chefe de posto do Luremo, Bértilo Coutinho; constava que teria 30 a 35 anos, e teria sido baptizada na missão católica do Mussuco, adoptando o nome de Maria.(Inf.n.º 216/61-GU de 27.02.61; Apontamento n.º 34,p.38 já citados na nota 38). Até ao momento não foi ainda possível confirmar a veracidade deste testemunho, sabendo-se contudo que o título Ngudia-Nkama era transmitido nos finais do século XVIII no território a leste do Cuango tanto por chefes masculinos como femininos. Entre os Basuku meridionais, junto à confluência do Tungila com o Cuango, o título persistia no século XX, localizando-se no Mussuco a residência da soba Ngudia-Nkama já citada. Ver Van Roy, *o. cit.*, 1988, pp. 79, 92-93 e 206; Thissen L. "Uma missão sobre as margens do Médio Cuango. Mussuco." *Portugal em África*, XVII, (1960), pp. 163-164.

⁴³ Ver razões invocadas pela PIDE no Relatório n.º 216/61 de 27.2.61. Caboverdiano de "elevada cultura humanista", o governador em causa preconizara uma atitude conciliatória entre os revoltosos e as autoridades, sem recurso à força e propunha a revisão dos contratos e das condições de trabalho praticados pela Cotonang. Relatório de J.Rodrigues dos Santos. Viagem a Angola de 28.1. a 17.2.61. AOS/CO/UL-38A, Pt 8. Alguns processos reabertos pelo Governador acusavam "brancos de maltratarem os pretos", originando desse modo os acontecimentos da Baixa. Of.º 1081/61 de 14.3.61-SR. PIDE-DGS.Angola, Cx.11543,v.2.Veja-se a nota 48.

⁴⁴ Apontamento n.º 34,p. 25. Ver a nota 46.

⁴⁵ *Idem*,p. 26-27.

⁴⁶ A este partido era atribuída uma "feição comunista", o que para a Pide representava o perigo de imediata acção subversiva. Of.º 258/61 de 20.1.61. PIDE-DGS. SC-GU.7965, P.14 e Of.º 437/61 de 2.2.61. PIDE-DGS, Angola, Cx.11543,v.1.

O principal interlocutor foi o soba Bumba, "rei dos Maholos" que terá declarado na reunião:

"Toda esta confusão não é nossa. Nada queremos de vocês, brancos, a não ser que nos deixem viver a nossa vida à parte. Hoje só obedecemos ao Kasavubu cuja ordem nos veio por emissários que mandou e que nos disseram:

1º. Não devem pagar impostos ao Estado

2º. Não devem trabalhar para os brancos

3º. Só devem trabalhar a vossa mandioca

4º. Estas são as ordens do Pessa, da Maria e do Kasavubu.

Se vocês brancos querem guerra não a façam a nós mas sim ao Pessa, à Maria e ao Kasavubu que são os responsáveis por tudo. Podem-nos matar mas nós somos inocentes. Esta foi a ordem que nos veio de Fátima que foi quem criou o mundo e todos os homens pretos e brancos. O Governador Geral de quem tu falas que se entenda com o Kasavubu." E afirmou ainda "Lembro-te que isto teve início no Cassule Cuenda e as ordens vêm de Maria. Nós é que nada inventámos e só cumprimos ordens. Façam com que venha outra ordem e tudo ficará como dantes. Tu podes vir quando quiseres, mas de dia, e não me tragas mais tropa, cipaios ou capitas".⁴⁷

Deste encontro (muito significativo pela intenção negocial subjacente e pelas afirmações então produzidas pelo soba) resultaram recomendações sobre a repressão urgente que o Governador Júlio Monteiro não aprovou, para desespero dos defensores da linha dura a adoptar contra os revoltosos. Entre eles encontrava-se o administrador da circunscrição do Cambo, responsável pelo primeiro pedido de intervenção militar, como portavoza da ansiedade e dos receios dos brancos da região, nomeadamente comerciantes mais vulneráveis à destruição dos seus bens e às ameaças proferidas contra as respectivas mulheres e filhos.⁴⁸

⁴⁷ Apontamento Nº 34, p. 29-30.

⁴⁸ Ver a opinião da PIDE e o descontentamento dos brancos contra o Governador de Distrito. Inf. 216/61-GU de 27.2.61, já citada. Como explicação do facto o autor do Apontamento nº. 34, p. 42-44 reprova a falta de prontidão do Gov^o Júlio Monteiro na repressão violenta da revolta. Este governador foi demitido em 20.3.61, com grande regozijo da população europeia (em particular de alguns comerciantes fugidos das áreas da revolta) muito crítica de uma política contempozadora para com a revolta. Inf.n.º 347/61-GU. AOS/CO/UL-32A2,P.23.

c. escalada da insurreição e repressão militar. (3Fev.-Março)

Do incidente ocorrido no Cunda em 1.02. que consistiu na intimidação dos portugueses por palavras, exibição de armas, canções de insulto e chacota, ameaças de morte e de violação de mulheres, etc., emergem como figuras de relevo o soba Cunda e o soba Caúca de Sunginge que reuniu na sua banza milhares de pessoas a quem os emissários do PSA aconselhavam a não trabalhar enquanto os brancos não se fossem embora, incitando-os ao mesmo tempo à desobediência às autoridades.

Perante uma reduzida patrulha portuguesa, os habitantes do Cunda armados de canhangulos, insultavam-na cantando "*Maniputo tuge ia gingila*" (o Governo é caca de passarinho), evidenciando-se então outros líderes, Joveta do Quituxe e Sousa do Quixingumbambe à frente de uma multidão de cerca de 400 pessoas que intimidaram e expulsaram os comerciantes.

Quando a revolta entrou nesta fase de manifestar abertamente as suas pretensões nos sobados Quizenga e Quiria, foram ameaçados de morte na povoação Cunda-dia-Baza o secretário da administração, sete comerciantes europeus e uma patrulha. Seguir-se-ia então a viragem na estratégia dos revoltosos para forçar os brancos a retirar-se: das ameaças e provocações passaram à destruição dos bens dos comerciantes europeus e mestiços e dos símbolos do poder colonial.

Constituindo grupos numerosos, os revoltosos assaltaram instalações oficiais e privadas, danificaram viaturas, pontes e jangadas, derrubaram o pau da bandeira portuguesa, não provocando no entanto mortes entre os europeus. Em áreas mais distantes como nos postos do Luremo, do Cuango e do Iongo, multiplicavam-se os montículos de sementes de algodão queimadas, as cadernetas indígenas rasgadas e outros indícios de hostilidade. Os ajuntamentos de população não só se tornaram mais frequentes como mais ameaçadores.

Apesar de a Cotonang ter manifestado a sua apreensão com o desenrolar da revolta,⁴⁹ e os comerciantes europeus terem multiplicado os pedidos de intervenção armada para pôr cobro à sublevação, o Encarregado do Governo de Malange revelara a um comerciante que o G.G. Silva Tavares "*não queria que se desse um tiro para evitar as repercussões internacionais*".

Apesar disso, a recusa dos camponeses em comparecer no posto após os incidentes do Cunda, levou o administrador da circunscrição do

⁴⁹ Telegrama 21/sec do M.Ultramar ao G.G. de Angola.(26.01.1961) AHM. 2a. Div. 3a. Sec. Cx.181,n.1. Foi ordenada pelo Ministério do Ultramar uma inspeção à região para verificar as condições da cultura do algodão na Baixa em 20.02.61 (tel.72/sec, id, id).

Cambo, Mário Henriques da Silva a requisitar a força militar da 3ª Companhia de Caçadores Especiais de Malange. A destruição de pontes, o incêndio de um armazém da Cotonang e os apelos dos comerciantes do Cunda determinaram a reacção militar já prevista pelas altas entidades políticas e militares na reunião com o Governador-Geral Silva Tavares em 18 de Janeiro.⁵⁰

Nos primeiros dias de Fevereiro o poder colonial deu início a uma "repressão exemplar", recorrendo ao exército (3ª e 4ª Companhias de Caçadores Especiais) e à Força Aérea da 2ª. Região que mobilizou oito bombardeiros PV-2 e T-6. Embora a aviação sobrevoasse a área em revolta em operações de reconhecimento desde meados de Janeiro, a intervenção militar no terreno iria ocorrer um mês após os primeiros sinais da recusa dos camponeses ao trabalho. Assim, no dia 3 de Fevereiro, a 3ª Companhia dirigiu-se a Sunginge "para normalizar a situação", tendo feito as primeiras onze vítimas no sobado Caúca, por volta das 11 horas, reprimindo em seguida outros focos de revolta.⁵¹

Três dias depois (6 Fev), a 4ª Companhia recém-chegada de Luanda reforçou o dispositivo militar na região. Perante uma multidão numerosa concentrada no Quela sobre a qual abriu fogo, fez 70 mortos, 39 feridos e 21 prisioneiros e sofreu duas baixas. No dia seguinte, teve lugar o primeiro ataque aéreo com "bombas incendiárias" (napalm)⁵² sobre aldeias do Cunda que provocou decerto numerosas baixas, além de efectuar o reconhecimento das áreas onde havia maiores concentrações de população. Em Caxinga o chefe de posto do Luremo e um guarda da PSP depararam com uma reunião e mataram três africanos.

A 8, um grupo de alguns milhares de revoltosos "armados e emboscados", que incluía velhos, mulheres e crianças, avisou que ia atacar a 4ª Companhia e sofreu vários mortos entre eles um chefe dos revoltosos, enquanto um soba e quatro sobetas foram presos e maltratados. A 12, foram registados mais 30 mortos e 22 feridos em Bange Angola e em Zunge (posto de Marimba); em Xamuteba mais vítimas a 13 e foi preso um chefe local; 20 mortos e mais um chefe preso

⁵⁰ A reunião é citada no Of.º 258/61-SR de 20.1.61.PIDE.SC-GU,7965,P14.

⁵¹ Informação do Chefe dos Serviços Técnicos da Junta do Algodão de 5.2.61. AOS/CO/UL-32A2.Pt23 e Telegrama n.º 47 da Interpol Luanda de 5.02.61. PIDE-SC-GU- Cx. 7966,P.19. A precaridade dos dados contidos na documentação oficial relativamente à repressão militar da revolta, exige o prosseguimento da pesquisa de testemunhos orais tanto de europeus como de africanos que intervieram directamente na revolta.

⁵² Ver a definição de bombas de napalm e sua utilização em Cassanje em J.Ribeiro, *Marcas da guerra colonial*, Porto 1999, p. 133 e 175. E ainda o testemunho do Major E. Ervedosa, participante nas acções de repressão, publicado em *Africasia*, n.º 9, Fev. 1970.

no dia seguinte; em Marimba mais 4 mortos e 3 feridos a 15 de Fevereiro.

A partir desse dia, visivelmente debilitados os revoltosos pelo ímpeto destruidor das forças coloniais, aumentaram as defecções de sobas e a entrega de propagandistas às autoridades. A 18 ocorreu novo bombardeamento (dito "apoio aéreo") na povoação de Marimba Nguengo (posto de Tembo Aluma) sobre uma multidão de "500 indígenas com o cabecilha Gamboa".⁵³

Apesar da violência dos meios usados até 22 de Fevereiro, nas circunscrições de Milando e Cunda habitadas por Holos, "os indígenas continuam revoltados e por submeter dada a impossibilidade de a tropa ali chegar"; em 27 Fevereiro, o sobado Quivota (no Milando) voltou a ser duramente castigado enquanto no Iongo (posto do Lui) as tropas coloniais não podiam avançar porque "as estradas estão intransitáveis e há muitas pontes destruídas, enquanto os indígenas mais aguerridos estão concentrados nos sobados Cassanje-ca-Lucala, Muanha e Malombe, de onde estarão a mandar recados à tropa, desafiando-a a ir bater-se com eles".

Nesse mesmo dia 27, a aviação actuava "com energia" em virtude de o péssimo estado das estradas e a falta de pontes não permitirem o acesso das tropas aos sobados revoltados, entre os quais se destacava o Culaxingo, "considerado o rei dos Bângalas e quartel general dos indígenas mais aguerridos".⁵⁴

Em finais de Fevereiro, uma coluna com cerca de 150 homens percorria a área do Milando,⁵⁵ enquanto persistia a revolta na faixa mais oriental da Baixa e no distrito da Lunda e muitos fugitivos escapavam para o Congo por Marimba-Anguengo. O soba Culaxingo que tivera um papel decisivo na revolta, segundo uma fonte colonial, fora capturado na área do Luremo e levado para Malanje⁵⁶, e segundo outra fugira para o Congo.

Aparentemente em finais de Fevereiro, parte dos camponeses sobreviventes haviam voltado ao trabalho e recebido as sementes de algodão para as suas lavras, após dois meses de maior intensidade da revolta. Durante a mesma, os africanos haviam adoptado tácticas de luta muito diversificadas como corte das picadas por derrube de árvores; destruição de pontes e arrastamento de jangadas pela corrente dos rios; saque e incêndio de postos, de armazens da Cotonang, de uma missão católica e de casas comerciais; refúgio em matas inacessíveis; abandono

⁵³ Apontamento n° 34, p. 20.

⁵⁴ Idem, p.21 e 48.

⁵⁵ PIDE, Inf.68/61-GU de 19.1.61. AOS/CO/UL-32A2, Pt41.

⁵⁶ Relatório do Chefe de Posto do Lui de 13.6.1961 PIDE/DGS, Angola, D.Inf./1ª Cx.11539, P.1; Of.º 2658/61 - S. R. de 29.5.1961 - Cx 11544, 3.º vol.

das lavras e das sanzalas⁵⁷; emboscadas e ataques pela rectaguarda seguidos de retirada. Neste quadro reconhecem-se tácticas de combate profundamente enraizadas na resistência africana ao longo dos séculos XIX-XX, utilizando apenas armas artesanais e não necessitando para tal de orientação ou de instruções provenientes do exterior.⁵⁸

Com efeito durante as buscas efectuadas nas sanzalas "só foi encontrada uma caçadeira talvez roubada a um comerciante, entre centenas de canhangulos, catanas e outras armas gentílicas",⁵⁹ como gumbas, zagaias e bengalas. De facto os camponeses da Baixa contaram apenas com as próprias forças, num desequilíbrio evidente perante as forças coloniais.

d. "Limpar as zonas infestadas"

No final do mês de Fevereiro de 61, foi feito o balanço das acções militares planeadas pelo Comando Militar de Angola chefiado pelo General Monteiro Libório e executado a partir de Malange sob a chefia do Capitão Rebocho Vaz. As manobras tácticas das 3.^a e 4.^a Companhias tinham conseguido dividir os Jingas dos Holos a fim de quebrar a resistência mais tenaz destes últimos. Além das operações em terra, haviam sido bombardeadas por aviões PV2 e T6 da Força Aérea, as áreas dos postos Quela, Cunda, Sunginge, Cambo, Cahombo, Bange-Angola, Marimba, Tembo Aluma e Marimba Nguengo onde existiam grandes concentrações de população.⁶⁰

Segundo a mesma fonte militar, entre os africanos contavam-se em final de Fevereiro, apenas 243 mortos e 96 feridos, número irrisório tendo em vista os meios aéreos utilizados contra multidões que chegavam a atingir alguns milhares de pessoas, e atendendo a que pelo menos 17 sanzalas foram bombardeadas, segundo testemunho do Major-

⁵⁷ Nos postos do Cuango e Uamba o abandono de sanzalas persistia ainda em Abril. PIDE, Informação n.833/61-GU de 24.4.61, SC-GU Cx. 7966 - P. 19.

⁵⁸ Contudo um inspector colonial diria que fora adoptada "a técnica revolucionária adaptável à mentalidade do indígena", parecendo-lhe que esta "primeira acção subversiva de vulto" obedecia a "um plano maduramente estudado por especialistas", os "agentes subversivos idos do vizinho Congo". (Apontamento n.º. 34, p. 33).

⁵⁹ Informação da Delegação da PIDE em Malange n.213/61-GU de 27.2.1961. AOS/CO/UL - 32 A 2; Pt. 41. Apontamento n.º. 34, p. 7 e 23, já citado.

⁶⁰ "Boletim de Informações" do CC das FAA de 28.2.61 in *Um Amplo Movimento...*, p.500. A aviação foi ainda utilizada para reabastecimentos, correio e lançamento de panfletos (já referidos por McVeigh em 1962), escritos em kimbundu, nas áreas da revolta em 15.2., prometendo que "os africanos nunca mais seriam obrigados a cultivar contra a sua vontade". Of.º da Pide n.1081/61-SR. transcrevendo uma informação de 27.2.1961 proveniente de Malange. PIDE-DGS. Angola, Cx.11543,v.2.

aviador José Ervedosa.⁶¹ Testemunhas angolanas afirmavam que da repressão da revolta resultaram, além de 7.795 feridos e 4.876 prisioneiros, 5.524 angolanos fuzilados (homens, mulheres e crianças), vítimas dos ataques das Companhias e dos bombardeamentos "a baixa altura". Porém o missionário McVeigh que se encontrava em Malange na época, refere 10.000 como o número máximo que então circulava embora com reserva.⁶²

Segundo uma estimativa baseada nos dados dispersos e contraditórios fornecidos pelas fontes, estima-se pois entre 5000 e 10000 o número de mortes entre os camponeses de Cassanje. Entre as vítimas da repressão militar e aérea que se prolongou até ao mês de Março, contavam-se alguns chefes "tradicionais" e activistas, e cerca de 1000 congoleses vindos "para ajudar os seus parentes na luta".⁶³

Quanto ao grande número de prisioneiros, segundo uma fonte militar, teriam sido quase todos postos em liberdade depois da "conveniente preparação psicológica".⁶⁴ Entre os presos remetidos pelo exército e pelos postos administrativos à PIDE de Malange e por esta interrogados, contavam-se os acusados de serem "cabecilhas da sublevação indígena", e outros "agitadores" alguns dos quais provenientes do Congo -os Pessas- tendo aquela polícia chegado "à conclusão que os mesmos eram feiticeiros". Na realidade, ignora-se o destino da maior parte, embora haja indícios de que a execução sumária de detidos era um facto. Além da cadeia da PIDE estar cheia, havia pelo menos cerca de 200 detidos no Quartel da 3.ª Companhia em Malange, em 29.3.61, "em resultado de

⁶¹ Ver J.Ervedosa, "Les massacres...", p. 32; M.Pádua, *Guerra em Angola*, São Paulo, 1963, p.41,79 e 86 e Declaração do mesmo à Comissão de Inquérito para a questão de Angola da ONU, (Comité dos 7) feita em 26.5.1962. ONU. Assembleia Geral, *Doc.A/AC.108/26* de 20.8.1962. Apesar de constar (segundo M. Pádua) que 5 ou 6 aviadores haviam recusado obedecer à ordem de bombardear as sanzalas, só o Major Ervedosa denunciou o facto alguns anos depois de ter sido demitido da Força Aérea. Inf. de 21.10.1963. PIDE-DGS. Angola,Cx.11539, P.2. Em 1996, Costa Gomes designou de massacre a repressão da "guerra do algodão em Malange". J.Ribeiro, *Marcas da Guerra Colonial*, Porto, 1999,p. 146.

⁶² Cartas de Luanda, datadas de Fev.º, de 3 Março e de 11 Março de 1961, apenas ao Proc.º da PIDE 469/61, fls.65, 69 e 141, além de McVeigh 1962, artigo citado. Também em círculos militares se falava em 20.000 mortos, número esse provavelmente excessivo. Ver M. Pádua, *o.cit.*, 1963, p. 66.

⁶³ Ver a denúncia de atrocidades cometidas em M.Pádua, 1963,pp.67,78-79 e McVeigh 1962. A carta de Fevereiro acima referida menciona os congoleses mortos (fls.69), enquanto a carta de 11.3. regista que alguns sobas protestaram junto do Governador de Malanje, devolvendo em sinal de protesto e não colaboração, as suas tradicionais espadas"(fl.141). PIDE-DGS.Proc.469/61, I vol. P. 11. 25C/25.

⁶⁴ Boletim de Informações" do CC das FAA, de 28.2.61 já citado. Só os autos de acusação (se porventura existiram) poderiam esclarecer algumas das questões relativas aos processos de investigação e actuação da PIDE em Angola.

diversas acções levadas a efeito em Cacuso, Aldeia Formosa, Lombe, Cahombo e outras pelas autoridades militares, pela PIDE e pelas autoridades administrativas",⁶⁵ áreas aparentemente exteriores à da revolta. Alguns sobreviventes haviam sido enviados para Luanda, onde foram submersos pela vaga de prisões e fuzilamentos que sucederam ao 4 de Fevereiro e ao 15 de Março, pelo que dificilmente se poderá contabilizar com rigor quantos detidos sobreviveram efectivamente às eliminações sumárias ocorridas na Baixa de Cassanje.

Como explicar uma repressão tão "eficaz" em tão pouco tempo? Apesar da experiência de luta anti-colonial existente na região⁶⁶, os revoltosos ignoravam por certo a possibilidade da intervenção rápida e decisiva das forças coloniais (em escala muito superior à das campanhas de ocupação dos anos 20 que os mais-velhos por certo recordavam) em particular da aviação (nunca anteriormente utilizada na região com fins militares) que facilmente localizava os grupos e os dispersava e dizimava por meio de bombardeamentos.

Perante os dados, existem condições para se avaliar a dimensão que a "guerra de Maria" assumiu entre os camponeses da Baixa? A área total da acção dos revoltosos pode estimar-se em cerca de 30.000km² com focos insurreccionais obviamente descontínuos e dessincronizados mas correspondendo a uma mobilização de mais de uma dezena de sobados e de dezenas de milhar de habitantes⁶⁷ Holos, Bângalas, Bondos, Jingas e Basuku. A coordenação da acção entre etnias ou o seu protagonismo são por enquanto impossíveis de demonstrar, porém as implicações mais vastas do movimento transparecem ao longo das fases referidas,⁶⁸ à medida que as atitudes dos camponeses foram tornando mais claras as finalidades que se propunham.

Após dois meses de perseguições que originaram milhares de baixas entre os africanos, o ímpeto inicial tinha forçosamente de esmorecer,

⁶⁵ Segundo Inf.n.º 696/61-GU de 29.3.61 do Chefe do posto da PIDE de Malange. AOS/CO/UL-32A2,P. 41. Mc Veigh denunciava já em 1962 as eliminações sumárias dos presos e a existência de valas comuns, no seu artigo "L' Église Méthodiste...", p. 190-191. Segundo um ofício da PIDE, "a maior parte desses perniciosos elementos tinham sido detidos ou abatidos em operação de limpeza.". Of.º 2658/61 - S.R. PIDE/DGS - Angola, Cx. 11544, 3.º vol.

⁶⁶ Ver Pélissier, *História das Campanhas de Angola*. 2 vols. Lisboa. 1986, I, p. 351-389 para o período compreendido entre 1894 e 1917.

⁶⁷ Pélissier, *La Colonie du Minotaure*, 1978, p. 398-399.

⁶⁸ Ver a análise da revolta feita pelo Inspector Morais Martins do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar, autor dos Apontamentos n.º 14 de 30.01.61 e n.º 34 de 7.03.61, relatórios baseados em documentação proveniente de Angola, a qual permitiu elaborar uma interpretação oficial dos factos. Deste autor apenas tivemos acesso ao Apontamento n.º 34 que se encontra no Arquivo O. Salazar e que temos citado sob a sigla Apontamento n.º 34/7.03.61.

restringindo-se a acção dos grupos revoltosos a bolsas que as autoridades coloniais tinham já demarcado nos finais de Fevereiro. Em direcção à fronteira houve fuga não apenas de indivíduos mas de sanzalas inteiras a fim de evitar os bombardeamentos, a perseguição e a punição do exército colonial. Nas aldeias destruídas, os sobreviventes ficaram despojados de casa, de alimentos e animais.⁶⁹ Só na fronteira do Cuango, o número de refugiados chegou a cerca de 50.000, provenientes não só de Cassanje como das áreas fronteiriças dos distritos de Malange e do Congo⁷⁰ onde haviam sido tomadas medidas policiais e repressivas em grande escala.

Na perspectiva oficial, a missão das Forças Armadas consistia em "limpar rapidamente todas as zonas infestadas" por acções subversivas, como foi a sublevação na Baixa de Cassanje, noticiava posteriormente a revista *Ultramar*,⁷¹ e essa acção prolongar-se-ia para além dos últimos sinais de revolta. Nessa perspectiva tratou-se da primeira actuação das forças militares coloniais com equipamento moderno e com aviação, num vasto campo de treino que antecedeu outros cenários de guerra mais vastos no norte da colónia.

Iniciava-se desse modo o longo período da guerra colonial.

3. Algumas interpretações controversas⁷²

a. Quanto à origem da revolta, embora as autoridades coloniais não o reconhecessem publicamente, é incontestável a importância dos condicionalismos internos que mobilizaram os camponeses da Baixa contra o regime algodoeiro implantado na região havia mais de trinta anos. As fontes oficiais são inequívocas ao reconhecer nas primeiras manifestações no início de Janeiro, o descontentamento pelo baixo rendimento anual (cerca de 300\$00). A contestação do processo laboral e da violência praticada sobre os "grevistas" manifestada pela prisão dos agentes da Cotonang e pela morte de um capataz, conduziu necessariamente à desobediência civil anunciada pelo soba Bumba.

As tensões existentes entre os camponeses de um lado, a Cotonang e as autoridades do outro, haviam atingido tal dimensão que bastariam para explicar o movimento reivindicativo, tornando-o inevitável apesar das débeis tentativas de conciliação por parte da administração portuguesa. Nesta perspectiva ganha todo o sentido a afirmação

⁶⁹ J. Ervedosa, "Les massacres..." 1970, p. 31.

⁷⁰ Ver a notícia da visita de R. Neto a esses campos em *Angola*, Boletim da FNLA, nº. 11, 1964.

⁷¹ *Ultramar*, Número especial 15 (1964), vol.5,n.1.

⁷² O estado actual da investigação ainda não permite esclarecer definitivamente muitas questões aqui abordadas, pelo que apenas se equacionam alguns tópicos da problemática.

produzida por um chefe da revolta:

*"Preferimos morrer. Antes de nós cultivarmos o algodão para vocês, nós tínhamos o nosso gado e as nossas lavras e nós éramos felizes. Agora nós não temos o nosso gado, nós não temos as nossas lavras. Nós não temos nada enquanto o vosso algodão está a crescer".*⁷³

Apesar do controle social que a Cotonang assegurava sobre os camponeses desta vastíssima região, constituindo um forte aliado do poder colonial, surpreende a capacidade de resistência das populações da Baixa e a audácia do desafio simultâneo dirigido contra a referida Companhia e a administração colonial. Além dos antecedentes da resistência africana já referida na região, só o clima revolucionário que o Congo então vivia e a independência recentemente conquistada nesse país podem explicar a oportunidade da revolta de um campesinato tão destituído de armas como de apoios exteriores, mas atento às mudanças operadas no Congo.

No contexto africano das independências, como deverá ser entendida a afirmação de que "a agitação provém do Congo" por efeito da vaga nacionalista que levantava os africanos contra os colonizadores? Este argumento era o preferido pelos coloniais portugueses ao responsabilizarem os nacionalistas congolezes de difundir propaganda anti-portuguesa. É certo que a permeabilidade da fronteira do Cuango possibilitava o contacto estreito entre os Basuku sob os domínios belga e português, facto que se tornou mais evidente quando alguns partidos independentistas do Congo incluíram nos seus projectos os povos do norte de Angola. A acção da *Abako* de Kasavubu, do *MNC-Lumumba* e do *Parti Solidaire Africain* ao longo dos anos de 1960-61 criaria uma nova dinâmica política na região, onde as autoridades tradicionais procuravam preservar o seu poder, apesar de as forças nacionalistas por vezes os colocarem à margem de acontecimentos decisivos.

Por outro lado, a propaganda do "culto de Maria", feita sob a invocação do PSA congolês (ou por alguém em seu nome) poderia significar alguma intervenção de activistas/ simpatizantes ou militantes da UPA vindos do Congo onde muitos bakongo originários de Angola residiam e trabalhavam. Já em meados de 1960, as chefias militares noticiavam uma sublevação de grande número de trabalhadores em Camaxilo (Baixa leste) atribuída à intervenção de "agitadores congolezes, talvez em resultado da propaganda do *Parti Solidaire Africain*, com o fim de induzir os indígenas a expulsarem os brancos e

⁷³ LeMaster, "I saw the horror...", 1962. Veja-se o testemunho de J. Ervedosa que confirma a relevância do contexto económico e social da revolta, já referido por Pélissier, *La Colonie du Minotaure*, (1978). p. 398-399; e ainda o testemunho dos sobas referido no Documento Anexo I.

unir o território ao Congo".⁷⁴

Quanto ao contexto internacional mais amplo onde a ONU e o American Committee on Africa activaram o debate em torno da "questão de Angola", esteve fora de causa qualquer estímulo político ou concessão de auxílio militar à revolta de Cassanje, apesar de serem conhecidas da OIT as desumanas condições de trabalho vigentes na colónia.⁷⁵ A "questão de Angola" só seria debatida na ONU a partir de Março de 61, quando a revolta estava praticamente sufocada.

b. Perante o contexto político interno que presidiu à revolta, e a profunda agitação que percorreu o ano de 1960 e onde se envolveram muitos angolanos urbanizados de formação evangélica, persistem muitas interrogações ao analisar a articulação entre os factores religiosos e a acção política.

Como situar nesse quadro os Basuku, povo dividido por uma fronteira convencional onde emerge a soba Nguriakama a quem as fontes coloniais atribuem grande poder sobre o povo de ambos os lados da fronteira? Tratar-se-ia de algum projecto de reunificação de uma etnia no quadro da nova república do Congo, que buscaria reforço junto da etnia vizinha dos Holos?

Dessa forma a associação oportuna entre um culto mágico-religioso e as formulações de um partido político congolês perspectivaria a resolução dos problemas do quotidiano através de profecias e de fórmulas rituais capazes de destruir tanto o poder dos brancos através dos seus instrumentos de dominação (o trabalho forçado, o imposto, o dinheiro) e de símbolos (como a bandeira portuguesa), como proporcionaria a convicção de conceder imunidade às balas dos brancos.

A profecia sobre a destruição próxima do seu poder corresponderia essencialmente à necessidade de restabelecer um suposto "equilíbrio" perdido com a intrusão do poder colonial (pela cultura forçada do algodão introduzida há pouco mais de uma geração) e o retorno às práticas ancestrais da vida camponesa pré-colonial. Esse desejo exprimia-se através de linguagem simbólica: em cima de um monte de sementes de algodão queimadas, uma máscara de madeira pintada de branco com um fundo vermelho vivo representaria eventualmente a expulsão definitiva ou o corte da cabeça aos brancos cujo poder se identificava em Cassanje com a cultura do algodão.⁷⁶

⁷⁴ Notícias do E.M.E. sobre a Situação nas Províncias Ultramarinas de 4.8. a 12.9.1960.

⁷⁵ Em 1957 a OIT elaborara um Relatório após o envio de uma missão de inspectores a Angola. OIT. *Portugal in Africa*. 1957, (nº 105) Londres 1962. Em Dez.1961 outra comissão da OIT visitaria a Baixa de Cassanje. BIT. *Bulletin Officiel*. Vol.XLV, nº 2, Abril de 1962.

⁷⁶ Inf.216/61-GU de 27.2.61.AOS/CO/UL-32A2,Pt41.

Será que o movimento profético inicialmente propagado entre os Basuku e os Holos, terá ultrapassado esses limites étnicos, difundindo-se entre os Bondos, Bângalas e Jingas sem aparentes dificuldades, a ajuizar pela rapidez dessa difusão à quase totalidade da Baixa? Qual rastilho de pólvora, o seu sucesso estaria associado, através dos "pessas" alegadamente oriundos da etnia Holo, à acção política dos partidários de Kasavubu que prometera libertar os Bakongo de Angola do colonialismo português, unificando o antigo reino do Congo, ou do *Parti Solidaire Africain* de Gizenga e Kamitatu, com forte implantação junto da fronteira do Cuango?

Ao longo da sua história, os Bakongo encontram-se frequentemente associados a movimentos sincréticos e proféticos, derivados em parte da pregação missionária, que em determinado momento originaram igrejas ou seitas independentes. Seriam em particular os Basuku responsáveis pela projecção de alguma das seitas independentes do Congo, ou seria "o culto de Maria" uma manifestação exclusiva a Angola? De que modo o poder de Nguriakama foi associado ao "culto de Maria", à semelhança do sucedido entre os Basolongo com o mito de Santa Maria, fenómeno recorrente naquela área etno-cultural desde o século XVIII? ⁷⁷ Tratar-se-ia, como no Congo, de afirmar uma identidade religiosa distinta e em oposição à evangelização católica, que exprimisse novas opções políticas? E a admitir essa hipótese, que relação poderá estabelecer-se com o tocoísmo, ao preconizar a morte de animais brancos, não comer carne de porco, tomar o baptismo, eliminar os amuletos, etc.?

Por outro lado, onde inserir a figura de Maria/Nguriakama, figura tutelar da revolta, presumível "rainha dos Basuku", segundo uns, ou personagem mítica, símbolo de um poder religioso associado a um cristianismo formal? Como explicar o facto desta população em contacto com o cristianismo desde o início do século, praticar cultos ancestrais expressos pela morte ritual de animais brancos e simultaneamente apregoar que "*Lumumba, a mulher Maria e o filho Pessa mandam que ninguém trabalhe*"?⁷⁸

Encontram-se entre os Basuku elementos comuns aos profetas bakongo detentores de poderes especiais, que após a assimilação de princípios cristãos numa missão, viveram alguns anos no exílio (como sucedera com Kimbangu, Toko e Nguriakama no Congo), antes de constituírem novo culto. É feita a promessa de libertação do sofrimento e de reforço dos poderes da comunidade, enfatizando o poder da água,

⁷⁷ H.Abranches, *Sobre os Basolongo...*, Luanda, FINA, 1991, p.69-75.

⁷⁸ Conteúdo do bilhete em Kimbundu encontrado no bolso do capataz da Cotonang assassinado em 12.Janeiro no Milando, citado na nota 34. A missão católica do Mussuco fora erigida em 1900 pelo padre Wendling que havia baptizado algumas centenas de pessoas.

elemento primordial nas sociedades camponesas.⁷⁹ As propostas redentoras do culto ou do movimento de Maria poderão ter sido potencializadas no decorrer do ano de 1960, quando a independência do Congo e a actividade dos partidos políticos induziram naquele país a formação de projectos eventualmente convergentes.

Que potencial aglutinador de vários grupos étnicos revelou efectivamente a "história de Maria"? É certo que foi capaz de promover a unidade dos camponeses, mobilizando-os para a revolta simultânea numa área muito vasta; terá conseguido no entanto esbater eventuais divisões decorrentes de identidades distintas ou de opções políticas diferenciadas? Terá perdurado na Baixa após a repressão da revolta e fuga maciça de população para o Congo?

c. Se são muitas as questões que a 'história de Maria' sugere, que dizer da relação eventual da revolta com os movimentos de libertação mais activos, UPA e MPLA? É sabido que na época nenhum movimento nacionalista angolano reivindicou a paternidade da revolta, não sendo reclamada qualquer continuidade entre ela e os movimentos do 4 de Fevereiro ou de 15 de Março, embora nos Manifestos, panfletos e declarações emitidos pelos movimentos nacionalistas, fosse frequente a referência às péssimas condições de trabalho e aos salários de miséria como motivos suficientes para justificar os levantamentos nacionalistas.

Por um lado é ainda impossível comprovar que os revoltosos tenham recebido algum apoio de nacionalistas que fugiram de Luanda em Fevereiro de 61, ou se alguns panfletos clandestinos terão atingido a Baixa entre 1959 e 61, por mão de nacionalistas de Malange.⁸⁰

Em contrapartida eram frequentes os contactos com a propaganda política da *Abako* bem conhecida dos trabalhadores migrantes angolanos no Congo, a par da figura de Kasavubu (também mucongo), enquanto a imprensa e a rádio congolêsas passaram a atacar persistentemente o

⁷⁹ "Mbote, migue" ou "Mbote, mêia... mêia", saudação introduzida pelos "pessas" junto dos revoltosos, segundo o P^c Torres Palma; Salazar, "Bondos..." 1968. Ver o doc.^o Anexo 2. Registe-se algum paralelismo com a revolta Maji-Maji (água-água), sugerido por Pélissier, 1986, II, p.286. Sobre movimentos de resistência similares em África ver Ranger, *o.cit.*, 1968. Sobre a relação entre camponeses e profetas, ver Wheeler & Pélissier, *Angola*. 1978, p.152-155; Santos, *Maza...* p. 259-315; Balandier, G. - *Sociologie Actuelle de L'Afrique Noire*. Paris. 1963; B.Verhaegen, *Les Rébellions au Congo*. Bruxelles 1966; M. Merlier, *Le Congo de la Colonisation belge à l'indépendence*, Maspero, Paris 1962.

⁸⁰ Pélissier contesta a afirmação de Mário de Andrade em "Le Nationalisme angolais" *Présence Africaine*. 1962, p. 5-24, com base num testemunho de L.Lara recolhido em Brazzaville em 1967 junto do Rev. Domingos da Silva. Pélissier 1978, 410. Ver nota 85.

colonialismo português, no segundo semestre de 1960,⁸¹ após a independência do Congo. Segundo R. Neto, vice-presidente da UPA, desse contexto emergiu António Mariano, natural de Malange que associou o ideal nacionalista com o misticismo religioso, ministrando a água de Maria, pregando e entoando cânticos à glória de Lumumba e Kimbangu e lançando em nome da UPA a ordem de greve aos camponeses da Baixa.⁸²

Se a simultaneidade com as revoltas de 4 Fevereiro e 15 de Março não basta para comprovar qualquer interferência daquelas na revolta de Cassanje, existe forte probabilidade de uma contaminação do clima revolucionário do Congo ao nível do projecto de eliminar uma sujeição intolerável que se prolongava havia mais de três décadas associada à cultura obrigatória do algodão.

Importa além disso explorar a definição dos limites dessa revolta camponesa contra a desumanização do trabalho e baixos preços do algodão, impostos pesados e trabalho compulsivo. Para além da desobediência, revelaram os revoltosos a consciência de que ao algodão estava associado o poder dos brancos, administradores e chefes de posto, a face visível desse poder distante - o Mputu. Os revoltosos exprimiram repetidamente o desejo de "viverem a sua vida" sem intervenção dos brancos, nomeadamente ao derrubarem em Marimba o mastro da bandeira como símbolo de Portugal.⁸³

São numerosos os indícios de que o significado da revolta ultrapassou "uma mera reacção contra a cultura do algodão, adquirindo o carácter mais amplo de verdadeiro levantamento contra a soberania portuguesa."⁸⁴ A esta revolta anti-colonial permeada por um fermento etno-nacionalista, respondeu o poder colonial com a intervenção militar, após o esgotamento dos recursos persuasórios e violentos dos agentes administrativos.

d. Analisemos as repercussões internas desta revolta camponesa, apesar de presentemente não nos sentirmos autorizados senão a retirar algumas conclusões com base nas evidências que as fontes proporcionam.

A efervescência nacionalista que permeava a actividade clandestina nos anos 60 e 61 no norte de Angola contou com a colaboração de pastores e catequistas evangélicos e de alguns católicos que no distrito

⁸¹ Ver Lettre de Brazzaville, 5.09.1960. AOS/CO/UL-32A2, P1.

⁸² Pélissier 1978, 410. Permanece obscura esta figura de A. Mariano, não sendo possível confirmar o testemunho de R. Neto.

⁸³ Apontamento n.º 34, p. 42, já citado.

⁸⁴ Apontamento n.º 34, p. 33. Confirmado pelo relato do P. Torres Palma, reproduzindo (?) a informação dos catequistas católicos do Mussuco.

de Malange terão eventualmente actuado nos cenários da revolta da Baixa. Contudo no estado actual da pesquisa, tudo indica que a sua actuação parece ter sido subsidiária da movimentação camponesa. Não há contudo razão para excluir eventuais contaminações entre a agitação política no meio urbano, nas missões e no meio rural, até à obtenção de novos dados.⁸⁵

Com razão afirmava porém Henderson que "a revolta camponesa na Baixa de Cassanje nunca foi integrada nas mitologias nacionalistas".⁸⁶ Como explicar esse facto? É verdade que os camponeses da Baixa conceberam a sua libertação imediata, através da recusa, da desobediência, do desafio e da luta armada, expressa através de uma linguagem mística pouco coincidente com a lógica argumentativa dos nacionalistas da UPA e do MPLA. Sem possibilidade de articular a sua estratégia com a destas formações políticas, os camponeses da Baixa ficaram distanciados dos acontecimentos do norte de Angola e de Luanda, sofrendo isolados a repressão que após o 4 de Fevereiro aumentou de intensidade, e incompreendidos pelos dirigentes dos partidos nacionalistas, africanos urbanizados para quem a libertação nacional passava pela mobilização popular sob direcção de elites revolucionárias, segundo o modelo lumumbista. O mundo rural, embora próximo dessas elites recentemente urbanizadas, era por elas subvalorizado em termos culturais e políticos.

Considerando "o ódio contra as práticas coloniais portuguesas uma das raízes da revolução angolana, e o desejo de independência nacional a

⁸⁵ A mediação de um catequista de uma missão católica (Mussuco?) foi utilizada para comunicar ao administrador do Caombo a recusa da sua convocatória porque "com eles nada tinha a tratar e se alguma coisa tinha a tratar que fosse falar com a Maria, que era de quem eles recebiam ordens". Alguns missionários metodistas desempenharam um papel importante quer divulgando denúncias dos factos quer apoiando eventualmente a fuga de nacionalistas, pelo que sofreram a prisão e a expulsão de Angola, como sucedeu com Lemaster, Schaad, Wendell, entre outros. Ver Henderson, p.309-310. Da presença de "calcinhas" que intervieram na agitação no Cunda no início de Fevereiro, nos dá conta a Inf.n.216/61-GU de 27.2.61. AOS/CO/UL-32A2, Pt 41. Não foi possível no entanto identificá-los. Mário de Andrade afirmou em 1962 que "vários nacionalistas que haviam participado nos assaltos [de Luanda] e haviam escapado à repressão portuguesa... organizaram os trabalhadores das plantações que se revoltaram contra as práticas abusivas da Companhia agrícola denominada Cotonang." M. Andrade, "Le nationalisme angolais", p. 21.

⁸⁶ Henderson, *Angola...*, 1979, p.182. Contudo nos últimos anos distintos sectores da política angolana têm reivindicado o seu protagonismo na revolta (informação de A. Mendes de Carvalho obtida em Lisboa em 1998 e de Norberto de Castro, *O ano de Kassanji*, Luanda 1996, p.15 além de artigos vários sobre o 4 de Janeiro, data nacional, no *Jornal de Angola* e no *Folha Oito* de 1998).

outra raiz",⁸⁷ não resta dúvida de que na Baixa não se cuidava da independência de uma entidade política chamada Angola, mas da clara rejeição daquelas componentes do domínio colonial que violentavam o quotidiano dos camponeses da região.

Quanto às repercussões internacionais dos acontecimentos, a quase coincidência das datas de eclosão das revoltas entre Janeiro e Março de 1961 acelerou por um lado o descrédito irremediável da política colonial de Salazar⁸⁸ junto dos seus aliados, numa conjuntura particularmente favorável que permitiu tornar visíveis as práticas abusivas do colonialismo português, ao mesmo tempo que proporcionou a obtenção de apoios para aquelas forças políticas angolanas que haviam alcançado credibilidade junto de organismos internacionais (UPA e MPLA).

Embora a revolta tenha tido repercussão imediata na colónia como um dos detonadores da luta anti-colonial, essa coincidência desencadeou o efeito perverso de ocultação da revolta de Cassanje, minimizando a sua importância enquanto manifestação de resistência de um campesinato sem projecto político revolucionário. Esse campesinato antecipou contudo o momento decisivo da revolta, exprimindo os motivos, definindo o alvo, revelando a barbaridade da repressão, demonstrando finalmente a inviabilidade de uma vitória pelo desequilíbrio das forças em presença. Dessa circunstância beneficiou por certo a luta posterior contra o domínio colonial.

Segundo Pélissier, vista de Angola, a revolta da Baixa de Cassanje pode ter sido uma "revolta de desespero" e "uma explosão da miséria", mas vistas de Lisboa pelo poder colonial, as revoltas ocorridas em 1960-61 eram "ameaças sérias que podiam comprometer a estabilidade de Portugal e do regime e a hegemonia dos seus apoiantes sobre a sociedade e economia portuguesas, pelo que deviam ser eliminadas, com concessões em questões secundárias mas intransigência nas essenciais, isto é, a preservação de Angola e dos seus recursos" sob o domínio português.⁸⁹

Quanto aos efeitos mais imediatos, a morte de milhares de africanos em resultado do empenhamento de consideráveis efectivos militares na repressão e a deslocação de milhares de refugiados precipitaram fundas alterações na economia camponesa e na economia algodoeira da região.⁹⁰ Além disso, muitos dos refugiados mais jovens seriam recrutados no

⁸⁷ A. Herzog, "Angola the roots of Revolution". *The Observer* 29.04.1962.

⁸⁸ Apontamento n.º 34, p. 45.

⁸⁹ Wheeler e Pélissier, *Angola* p. 194.

⁹⁰ F. Pacheco, "Agricultura e sociedade rural na Angola dos anos 60: o caso de Malange". *II Colóquio Internacional em Ciências Sociais*. Guiné-Bissau 19-26 Nov. 1991.

exterior pelos movimentos de libertação, envolvendo-se na guerrilha que iria prolongar-se até 1974.

Se as reformas políticas introduzidas na colónia em 1961 foram pouco significativas, no imediato rescaldo da revolta reflectir-se-iam necessariamente no quotidiano dos camponeses africanos. As inspecções feitas à região algodoeira a reboque dos acontecimentos proporcionaram argumentos ao governo para responsabilizar a Cotonang pelo eclodir da rebelião, pretendendo com isso ilibar as responsabilidades da administração e justificar as posteriores medidas de ajustamento político.

Na impossibilidade de silenciar a revolta, o governo foi obrigado a introduzir algumas alterações. Na sequência dos factos, a cultura obrigatória do algodoeiro foi abolida em 2 de Maio de 1961 (Dec. 43639), abrindo caminho a uma suposta liberalização do mercado de mão de obra e à instalação de agricultores "autónomos" europeus na Baixa. A partir dessas disposições seriam implantadas algumas reformas no regime algodoeiro, priorizando a produção dos agricultores brancos que iria aumentar ao longo da década de 60, através da demarcação de fazendas, da mecanização da cultura algodoeira e conseqüente aumento do rendimento por ha cultivado.⁹¹

Por força das circunstâncias, a política colonial revelar-se-ia interessada, segundo as suas prioridades defensivas, na constituição de grupos restritos de produtores africanos independentes que seriam um eventual tampão à revolta no norte de Angola. Contudo a oportunidade de praticarem a cultura algodoeira ficou muito aquém das suas expectativas. Se por um lado as instituições bancárias não lhes concediam crédito, nem o Estado subsídios para aquisição de alfaias agrícolas, o apoio prestado pelos órgãos estatais, através da distribuição de sementes e instruções de cultivo manteriam largos milhares de camponeses na dependência de um processo produtivo que não conseguiriam modificar a seu favor. Inserida numa conjuntura de guerra, esta questão de economia política posterior à revolta ultrapassa porém o âmbito deste estudo.

⁹¹ Veja-se o estudo destas questões em F. Pacheco, *op. cit.*, 1991.

SUMMARY

The Baixa of Cassanje: cotton and revolt

In the 1950's, forced cultivation of cotton in the Baixa of Cassanje swept away African farms and villages, subjecting the population to intensive work under the vigilance of Cotonang's agents. As the annual incomes of Africans fell, discontent grew and assumed the form of a religious movement which proclaimed the providential coming of Maria and Lumumba which would liberate them from cotton cultivation and the power of the whites.

In 1961, before the nationalist uprisings of 4 February and 15 March, a revolt of rural populations in the *Baixa* of Cassanje took place which is almost completely unknown because it was deliberately hidden and harshly repressed by the colonial authorities.

Unpublished sources from the hitherto inaccessible archives of Oliveira Salazar and the PIDE have made possible a chronological reconstruction of events in the *Baixa* of Cassanje between January and March 1961, besides enabling a deeper understanding of the internal factors which determined this rural movement. While documentary evidence casts light on the scarce intervention of external factors, namely the alleged links with the Congolese PSA, this peasant movement deeply rooted in rural suffering, seems to have had scarce relation with angolan nationalist movements which in the same year started the war of liberation. The research also calls attention, to the use of syncretic symbols ñ *a história de Maria* - to express the anger peasants felt towards the harsh cotton regime that ruled their lives, as well as the importance of endogenous forces of the rebellion that made its leaders most vulnerable to colonial repression.

BATALHÃO EVENTUAL

4.ª COMPANHIA DE CAÇADORES ESPECIAIS

Anexo ao Relatório de Operações n.º 14

Auto de queixa

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta e um, nesta povoação de Milando, foram presentes perante mim, Luís Artur Carvalho Teixeira de Moraes, capitão de Infantaria, comandante da quarta Companhia de Caçadores Especiais, os sobas desta região TACA, QUIVOTA, MILANDO, QUIBUNDA, com os seus sobetas, que me apresentaram as seguintes queixas, por intermédio de três intérpretes, que vão servir de testemunhas igualmente: senhor António José Nunes Frade, guia e intérprete da Companhia, e os indígenas José Jacob do Milando e Pedro Francisco do soba Camba: -----

1.º) Que há cerca de quatro anos apareceu aqui na povoação um branco enviado pelo Governo que os interrogou perante os cipaio das razões de queixa contra a Cotonang e que lhes tinham contado a verdade e apresentado as suas queixas. Tempos depois e logo que esse branco se retirou, começaram as represálias pelos cipaio, tendo declarado o soba MILANDO velho, soba GANGAMUCHECA e soba VOTA, que tinham procurado ir a Malange, apresentar queixa ao senhor Governador. Como não o tivessem conseguido, andaram todo esse tempo escondidos no mato. só aparecendo hoje porque sabiam que o Exército estava aqui.-----

2.º) Que na altura das colheitas, os capatazes, no caso de encontrarem os campos atrasados ou sujos, batiam-lhes ou transformavam o castigo em multas.-----

3.º) Que na altura do mercado eram roubados no peso, pagando-lhes pouco e sendo-lhes exigido pelos cipaio, capitas e capatazes "saguates" que oscilavam por sessenta escudos. ----

4.º) Que os obrigavam a pagar multas de queimadas, licenças de uso de armas de fogo e de saís e que cada casal tinha de pagar dez escudos por ano, de licença por uso de mulher, mas que só das duas primeiras lhes eram passados recibos. -----

5.º) Que quando alguém era prêsso, tinha a pagar vinte e cinco escudos para entrar na cadeia, cento e cinquenta escudos para poder ir à retrete e sessenta escudos para não serem espancados pelos cipaio ou capitas, quando os escoltavam aos trabalhos.-----

6.º) Que o pessoal nomeado semanalmente para os trabalhos no posto tinha ainda a pagar dez escudos cada um e vinte e cinco tostões quando acabavam o trabalho. -----

7.º) Pedem a substituição do Chefe de Posto e do agente da Cotonang de quem não gostam e que não fôssemos embora, porque estavam com medo das represálias depois. -----

8.º) Declararam depois perante os seus povos que reuni, que os homens que vieram do Congo foram bem aceites por eles aqui, porque viram na sua doutrina uma esperança de justiça e de salvação, pondo termo à escravatura e à exploração a que estavam subordinados.-----

O Comt. Comp.,

Os Intérpretes,

Os Sobas declarantes,

* Este documento contém assinaturas do Comandante e dos intérpretes e impressões digitais dos quatro sobas declarantes e foi-nos cedido pelo Major Luís A. Teixeira de Moraes, a quem agradecemos.

2. Documento Anexo *

“A HISTÓRIA DE MARIA,” *segundo a versão indígena*

MARIA, a deusa protectora dos pretos, a verdadeira deusa, há muito que andava preocupada com o sofrer dos angolanos e, assim, resolveu aparecer naquele local de CASSULO-CUENDA, aos dois congoleses, ali atraídos por força sobrenatural, com o fim de lhes comunicar que vinha salvar o povo de Angola, libertando-o do jugo do branco e proporcionando-lhe uma vida melhor, de felicidade completa. Para tanto tornava-se necessário que todos os angolanos se iniciassem na sua religião e aderissem ao movimento de libertação, baptizando-se e seguindo fervorosamente o ritual da nova religião - a religião de MARIA...:

- 1º. - Não mais trabalhar para os brancos, nem ter com estes qualquer espécie de contacto.
- 2º. - Não contactar jamais com qualquer preto que trabalhasse para os brancos e que se negasse a aderir ao movimento.
- 3º. - Não mais comer com as mãos e no chão, pelo que seriam obrigados a fazer uso de pratos e talheres, mesas e bancos.
- 4º. - Abolir por completo a hierarquia nas sanzalas - tanto valia o soba como qualquer outro dos seus súbditos.
- 5º. - Construírem em cada sanzala a chamada IGREJA, de construção especial, onde seriam feitos os cultos diários.
- 6º. - Trabalharem somente duas horas por dia nas suas lavras de produtos alimentares e nas estradas, mas apenas nas orientadas no sentido Norte-Sul.
- 7º. - Guardarem religiosamente o domingo - dia santificado.
- 8º. - Tomarem banho diariamente, mulheres e homens. Aquelas nos seus habituais regatos e lagoas e estes com água quente e dentro de suas casas.
- 9º. - Limparem cuidadosamente os caminhos de acesso aos cemitérios e respectivas campas para que os mortos, no dia da ressurreição - que se verificaria após a aparição de MARIA - pudessem, com facilidade, dirigir-se à sanzala.
- 10º. - Cortar todas as árvores existentes nas sanzalas para que MARIA, no dia da aparição, as distinguisse perfeitamente. Para o mesmo fim, fazerem uso de panos claros.
- 11.º - Matar e enterrar toda a criação existente para que esta não fosse arrastada pelo vendaval que antecederia a aparição de MARIA.
- 12º. - Não comer carne de galinha, de porco e de cabra ou ovelha nem quiabos, usse e outras ervas comestíveis indiciárias da alimentação dos pobres.

13º. - Rezar diàriamente na IGREJA, entoando cânticos próprios.

14º. - Queimar, partir e destruir todos os santos e amuletos e quaisquer outros símbolos religiosos existentes nas sanzalas, pois uma só religião eles deveriam professar para atingir a felicidade completa - e terem a suprema ventura da aparição de MARIA.

15º. - Gastarem todo o dinheiro que tivessem pois que, após a vinda de MARIA, passaria a haver outro dinheiro, dividido por todos igualmente.

MARIA faria a sua aparição logo que todos os povos de Angola aderissem ao movimento e professassem a sua doutrina. MARIA anunciar-se-ia por enorme vendaval que arrastaria árvores, pedras, areias e tudo o mais existente à superfície da terra, para um local junto do MAR, onde se formaria uma enorme MONTANHA que separaria, para sempre, ANGOLA de PORTUGAL. Para que os angolanos não fossem arrastados pelo vendaval era necessário que cada um colocasse, em sua casa, uma forquilha bastante forte, espetada à máxima profundidade possível, a que se segurariam pai, mãe e filhos durante o tempo que durasse o vendaval...

Após o vendaval apareceria MARIA que os abençoaria e lhes dava tudo o que pedissem. Haveria em seguida a ressurreição dos mortos e da criação abatida. MARIA dar-lhes-ia também muito dinheiro. Apareceria em seguida LUMUMBA - a que alguns chamam, também, LUMBUMBA - que os havia de governar...

* Extraído de S. Salazar, "Bondos e Bângalas", Tese de Licenciatura ISCSPU, I vol. Lisboa, 1968, pp. 84-86.

CRONOLOGIA ANGOLA 1957-1961

Instalação da Pide em Angola	1957
Campanha eleitoral de H. Delgado	1958
Distribuição de panfletos anti-coloniais	1958-1959
Prisão de nacionalistas	29.03.1959
“Festival” aéreo e militar em Luanda	26.04.1959
Prisão de nacionalistas (c. 150)	?07.1959
Agitação dos trabalhadores das plantações em Ambaca (referida na imprensa)	1.08.1959
Conferência do B.I.T. em Luanda	4.12.1959
Visita dos Directores do American Committee	?02.1960
Prisão de Agostinho Neto em Luanda	8.06.1960
Massacre de Catete (30 mortos e 200 feridos)	??06.1960
Independência do Congo (Leo)	30.06.1960
Início do Julgamento do “Processo dos 50”	Agosto 1960
Parada militar em Luanda	15.08.1960
MPLA denuncia a repressão em Catete	11.10.1960
Decisão 1514 da Assembleia Geral da ONU	14.12.1960
Julgamento de 20 nacionalistas em Luanda	5-21.12.1960
Início da repressão militar em Cassanje	3.02.1961
Assalto às cadeias de Luanda	4.02.1961
Assalto às fazendas de café no Uíje	15.03.1961
Reunião do Conselho de Segurança da ONU	22.03.1961
Revogação da cultura obrigatória do algodão	2.05.1961
Revogação do Estatuto Indígena	Ag. 1961
Comissão da OIT em Cassanje	Dez.1961

CRONOLOGIA DA REVOLTA 1960 - 1961*

- Dez. Primeiros sinais: matança de animais brancos, recusa do imposto e de semear algodão.
- 04.01. Protesto no sobado Quivota (sanzalas Ganga Moxica e Gombe) (posto do Milando)
- 11.01. Assassinato de um capataz da Cotonang na sanzala Ganga Moxica
- 14.01. Reunião do Encarregado do Governo do Distrito com os habitantes do posto do Milando. Agitação em Cunda-dia-Baza
- 18.01. Reunião de autoridades civis e militares no G.G. em Luanda
- 22.01. Revolta nos sobados Bumba e Marimba Nguengo (soba Bumba e soba Isabel) (posto de Tembo-Aluma)
- 25.01. O Administrador do Songo Angleu Teixeira conferencia com os amotinados (c.200) em Marimba Nguengo
- 30.01. Comerciantes reúnem com o Governador do distrito de Malange
- 01.02. Agitação popular e provocação verbal às autoridades em Cunda- dia-Baza
- 03.02. Operações militares em Sunginge (soba Caúca) com vários mortos.
- 05.02. Agitação no posto do Lui
- 06.02. Repressão no Quela (com muitos mortos), tendo morrido um "cabecilha" da revolta. Bombardeamento de aldeias.
- 07.02. Reunião de população em Caxinga, posto de Luremo
- 08.02. Sublevação em Marimba Nguengo
- 09.02. Sublevação em Xamuteba e Bange Angola; destruição de pontes entre Camaxiló e Luremo. Repressão provoca mortes.
- 10.02. Povos do rio Uhamba (Jingas) aderem à revolta
- 12.02. Repressão faz 30 (?) mortos no Zunge
- 13.02. Repressão faz 20 (?) mortos em Xamuteba
- 14.02. Preso um "cabecilha" da revolta em Xamuteba
- 15.02. Prisão de dois propagandistas e vários mortos. Defecção do rei dos Jingas e de outros sobetas
- 18.02. Bombardeamento de Marimba Nguengo (c.500 mortos)
- 22.02. Holoç continuam revoltados e também os sobados Cassanje Calucala, Muanha e Malombe do posto do Lui (Iongo)
- 29.02. Repressão no posto do Milando (sobado Quivota); bombardeamento do sobado Culaxingo (rei dos Bângalas), no Lui "quartel-general dos revoltosos mais aguerridos."

* Elaborada com base nos dados obtidos na documentação oficial consultada na Torre do Tombo.